

Klabin SA

Av Brig Faria Lima 3600
04538-132 São Paulo SP

tel 11 3046 5800
www.klabin.com.br



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL**

Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009
Artigo 12

A administração de Klabin S.A. propõe à Assembléia Geral a seguinte proposta de remuneração dos órgãos da administração e do Conselho Fiscal para o exercício de 2011:

Administração	R\$28.000.000,00
Conselho Fiscal	R\$ 1.700.000,00

Esta a proposta que a Administração propõe à Assembléia Geral.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2011.

Pedro Franco Piva
Presidente do Conselho de Administração

Antonio Sergio Alfano
Diretor Financeiro, de Planejamento e de
Relações com Investidores

Klabin SAAv Brig Faria Lima 3600
04538-132 São Paulo SPtel 11 3046 5800
www.klabin.com.br**PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO**

Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009

Proposta da Administração:

Destinação das verbas, inclusive do lucro líquido do exercício e do montante proveniente da realização, em 2010, da reserva de reavaliação própria, apropriada diretamente na conta de Lucros Acumulados, conforme consta das referidas Demonstrações Financeiras:

	<u>R\$ mil</u>
a) Lucro Líquido do exercício	559.776
b) Constituição de Reserva Legal	27.989
c) Constituição de Reserva de Lucros a Realizar	296.093
d) Realização de Reservas de Capital, Reserva de Lucros a Realizar e Ajustes de Avaliação Patrimonial	222.774
e) Dividendo antecipado, aprovados pelo Conselho de Administração:	
em reunião de 05 de julho de 2010:	
• R\$ 52,13 por lote de 1.000 ações ordinárias	16.515
• R\$ 57,34 por lote de 1.000 ações preferenciais	33.485
em reunião de 21 de setembro de 2010:	
• R\$ 72,98 por lote de 1.000 ações ordinárias	23.122
• R\$ 80,28 por lote de 1.000 ações preferenciais	46.879
SUB TOTAL	120.001
f) Proposta de dividendos complementares:	
• R\$ 73,85 por lote de 1.000 ações ordinárias	23.398
• R\$ 81,24 por lote de 1.000 ações preferenciais	<u>46.604</u>
SUB TOTAL	70.002
O total dos dividendos corresponde a 41% do lucro líquido	
do exercício ajustado na forma da lei	190.003
g) Reserva Estatutária para Investimentos e Capital de giro, conforme Plano Plurianual de Negócios	268.465

São Paulo, 23 de fevereiro de 2011.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Klabin SAAv Brig Faria Lima 3600
04538-132 São Paulo SPtel 11 3046 5800
www.klabin.com.br**1. Lucro Líquido do exercício - R\$ mil 559.776****2. Montante Global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

Dividendos	Tipo de Ação		Total
	ON	PN	
Distribuídos - R\$ mil	39.637	80.364	120.001
Propostos	23.398	46.604	70.002
Totais	63.035	126.968	190.003

3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído ajustado nos termos da lei 41%**4. Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores Não se aplica****5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

- Ordinárias Nominativas - R\$ mil 23.398
- Preferenciais Nominativas - R\$ mil..... 46.604
- Total 70.002

b) Forma e prazo de pagamento dos dividendos Parcela única no prazo de até 20 dias da realização da AGO

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos Não se aplica

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento Data da AGO

6. Caso tenha havido declaração de pagamento dos dividendos com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores

Descrição	Declarado em	Pago em	Valor Bruto por Ação	Montante Global - R\$ 1.000
Dividendos	05/07/2010	20/07/2010	ON R\$0,05213 ON R\$0,05734	R\$ 50.000
Dividendos	21/09/2010	08/10/2010	ON R\$0,07298 ON R\$0,08028	R\$ 70.001
Total - R\$ mil				120.001

7. Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

	2010	2009	2008
Lucro (prejuízo) por ação ON/PN - R\$	0,6286	0,1852	(0,38705)

Dividendo distribuído por ação - R\$	2010	2009	2008
ON	0,1251	0,1282	0,2466
PN	0,1376	0,1411	0,2712

8. Havendo destinação do lucro à reserva legal

a) Montante destinado à Reserva Legal R\$ 27.989 mil

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal 5% do lucro líquido do exercício

Klabin SA

Av Brig Faria Lima 3600
04538-132 São Paulo SP

tel 11 3046 5800
www.klabin.com.br



9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos Não se aplica

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrição da forma de cálculo prevista no estatuto:

"Art. 25 - O exercício social começa em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as correspondentes demonstrações financeiras exigidas em lei, observando-se, quanto à destinação do resultado apurado, as seguintes regras:

a) Do resultado do exercício serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

b) O lucro líquido apurado será destinado como segue:

i) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal até esta atingir 20% (vinte por cento) do capital social;

ii) constituição de outras reservas previstas em lei;

iii) atribuição aos acionistas, em cada exercício, de um dividendo não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) calculado sobre o lucro líquido ajustado na forma da lei, observada a prioridade prevista para as ações preferenciais;

iv) formação de Reserva para Investimentos e Capital de Giro, constituída por parcela variável de 5% a 75% do lucro líquido ajustado na forma da lei, observado o limite previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, acréscimos de capital de giro, inclusive através de amortizações de dívidas, independentemente das retenções de lucros vinculadas a orçamentos de capital, podendo seu saldo ser utilizado na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, em operações de resgate, reembolso ou compra de ações, quando autorizadas na forma prevista neste estatuto, ou para incorporação ao capital social.

c) A Assembléia Geral decidirá sobre o destino a ser dado ao eventual saldo do lucro líquido apurado no exercício."

b) Informar se ele está sendo pago integralmente Não há retenção de dividendos

c) Informar o montante eventualmente retido Não se aplica

11. Retenção de dividendo obrigatório Não se aplica

12. Destinação de resultado para reserva de contingências Não se aplica

13. Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar 296.093

14. Destinação de resultado para reservas estatutárias, observado o percentual previsto no item iv do artigo 25 do estatuto social:

- Lucro líquido do exercício 559.776
- Constituição de Reserva legal (5% do lucro líquido do exercício) 27.989
- Constituição de Reserva de Lucros a Realizar 296.093
- Realização de Reservas de Capital, Reserva de Lucros a Realizar e Ajustes de Avaliação Patrimonial 222.774
- Lucro líquido do exercício ajustado 458.468
- Dividendos antecipados/propostos 190.003
- Estatuto art. 25 (parcela variável de 5% a 75% do lucro líquido ajustado na forma da lei) 48%
- Constituição da reserva de Investimento e Capital de Giro sobre o lucro líquido do exercício e de Lucros Acumulados 268.465

Klabin SA

Av Brig Faria Lima 3600
04538-132 São Paulo SP

tel 11 3046 5800
www.klabin.com.br



- 15. **Retenção de lucros prevista em orçamento de capital Não se aplica**
- 16. **Destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais Não se aplica**

Índice

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	1
10.2 - Resultado operacional e financeiro	14
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	21
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	22
10.5 - Políticas contábeis críticas	23
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	25
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	26
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	27
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	28
10.10 - Plano de negócios	29
10.11 - Outros fatores com influência relevante	33

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	34
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	35

12. Assembléia e administração

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	36
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	43
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	44
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	49

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	68
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	70
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	71
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	73
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	74

Índice

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	75
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	76
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	77
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	78
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	79
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	80
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	81
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	82
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	83
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	84
13.16 - Outras informações relevantes	85

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1. Comentários dos diretores sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para continuidade e desenvolvimento de suas operações.

As receitas da Companhia provêm de vendas para o mercado interno e externo de papéis para embalagens, caixas de papelão, sacos de papel e madeira para serrarias.

A diretoria da Companhia mantém sua estratégia financeira focada na manutenção de elevada posição disponível em caixa e alongado perfil da dívida.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Endividamento (R\$ mil)	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Curto prazo	842.121	802.312	497.094
Longo prazo	4.014.976	3.925.637	4.971.637
Endividamento bruto	4.857.097	4.727.949	5.468.731
Disponibilidades	(2.729.327)	(2.051.526)	(1.702.698)
Endividamento líquido	2.127.770	2.676.423	3.766.033
Patrimônio líquido (atribuído aos acionistas controladores)	4.994.085	4.662.159	4.628.577

Em 31 de dezembro de 2010 o endividamento líquido era de R\$ 2,1 bilhões, redução de R\$ 0,5 bilhão em relação a 31 de dezembro de 2009 e R\$ 1,6 bilhão em relação a 01 de janeiro de 2009. A relação **Dívida Líquida / EBITDA**, que em 31 de dezembro de 2009 era de **3,6x**, encerrou o exercício de 2010 em **2,2x**, impactado principalmente pelo aumento nas vendas e redução da dívida líquida pelo fortalecimento de caixa em 2010.

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Companhia apresenta liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir seus investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação será mantida, em decorrência da possibilidade de não concretização de sua projeção orçamentária.

Caso seja necessário contrair financiamentos para investimentos de novos projetos e aquisições, a Companhia entende ter capacidade para contratá-los prontamente. O caixa da Companhia em 31 de dezembro de 2010 é suficiente para amortizar aproximadamente 40 meses de seu endividamento financeiro.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para financiamento de capital de giro contrata linhas de longo prazo de pré-pagamentos de exportação e notas de crédito de exportação. Para grandes projetos a Companhia utiliza-se de linhas de financiamento disponíveis pelo BNDES.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não tem enfrentado situação de deficiência de liquidez. Para novos investimentos em projetos de expansão, utilizará sua geração livre de caixa e a mesma estratégia de captação adotada atualmente, salvo se houver, à época, linhas de financiamento mais atrativas.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A tabela a seguir demonstra a evolução do nosso endividamento consolidado nas respectivas datas:

Financiamentos (R\$ mil)	31/12/2010	31/12/2009	1/1/2009
Em moeda nacional			
. BNDES - Projeto MA1100	1.324.230	1.575.003	1.746.212
. BNDES - Outros	367.490	268.867	228.578
. Crédito exportação	150.452	180.690	338.024
. Capital de giro	100.765	100.597	134.210
. Outros	58.796	49.477	40.767
	<u>2.001.733</u>	<u>2.174.634</u>	<u>2.487.791</u>
Em moeda estrangeira (*)			
. Ativo imobilizado	41.407	23.823	10.464
. Pré pagamentos exportação	2.247.404	1.830.144	2.143.416
. Notas de crédito à exportação	540.275	591.834	809.228
. Cambiais descontadas	26.278	107.514	17.832
	<u>2.855.364</u>	<u>2.553.315</u>	<u>2.980.940</u>
	<u>4.857.097</u>	<u>4.727.949</u>	<u>5.468.731</u>
Curto prazo	842.121	802.312	497.094
Longo prazo	4.014.976	3.925.637	4.971.637
	<u>4.857.097</u>	<u>4.727.949</u>	<u>5.468.731</u>
(*) Em dólares norte-americanos			

O quadro abaixo demonstra o vencimento do saldo de endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2010 no longo prazo:

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Valor	788.609	845.309	715.481	684.322	309.842	167.308	208.996	204.225	em diante	4.014.976

Adicionalmente, a Companhia não possui quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras, salvo-se com exceção daquelas registradas e divulgadas nas demonstrações financeiras e, não existem subordinações entre as dívidas.

Garantias

Os financiamentos junto ao BNDES são garantidos por terrenos, edifícios, benfeitorias, máquinas, equipamentos e instalações das fábricas de Correia Pinto – SC e Monte Alegre – PR, com valor contábil líquido de depreciação equivalente a R\$ 2.091.353 em 31 de dezembro de 2010, objeto dos respectivos financiamentos, além de depósitos em garantia, bem como por avais dos acionistas controladores.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os empréstimos de crédito de exportação, pré pagamentos de exportações e capital de giro não possuem garantias reais.

Cláusulas restritivas de contratos

A Companhia e suas controladas não possuem quaisquer contratos de financiamentos mantidos na data das referidas demonstrações financeiras, dos quais contém cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros sobre as operações contratadas ou torne automaticamente exigível o pagamento da dívida.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui junto o BNDES um limite operacional de R\$ 724 milhões para utilização, mediante apresentação de projeto de investimento para utilização do capital.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas a seguir refletem a correta apresentação da posição patrimonial e financeira e o resultado das operações da Companhia para os referidos exercícios.

Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Adoção dos novos pronunciamentos contábeis

A Companhia adotou os novos pronunciamentos pela primeira vez em suas demonstrações financeiras para o exercício de 2009, sendo 01 de janeiro de 2009 considerado como data de transição. Na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis, convergentes ao IFRS, a Companhia segue as premissas definidas no CPC 37 (IFRS 1) – Adoção Inicial das IFRSs e CPC 43 (IFRS 1) – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40.

Os saldos do balanço patrimonial de 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2009 e demonstração do resultado do exercício de 2009 foram ajustados contemplando os efeitos da adoção dos novos pronunciamentos descritos a seguir:

- Dividendos: classificação dentro do patrimônio líquido da proposta de dividendos complementares do exercício excedente ao mínimo obrigatório, sendo constituído o passivo somente após sua aprovação em assembléia;
- Ativos biológicos: valoração dos ativos florestais da Companhia, compostos pelo cultivo de pinus e eucalipto, por seu valor justo, correspondente ao valor futuro de realização destes ativos deduzidos dos custos necessários para colocação destes em condição de uso/venda, apurado com base em fluxo de caixa descontado;
- Provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas: apresentação do saldo passivo da provisão e dos depósitos judiciais no ativo de forma bruta, ao invés da forma líquida apresentada anteriormente;
- Participação de Acionistas Não Controladores: a apresentação da participação de acionistas não controladores é demonstrada dentro do patrimônio líquido da Companhia, em linha específica;
- Depreciação: apuração da depreciação do ativo imobilizado com base na vida útil estimada dos ativos, aplicando as novas taxas a partir de 2010. As novas taxas de depreciação diferem daquelas adotadas anteriormente pela Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Reserva de Reavaliação: registro de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o saldo da reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido, assim como adicionando a provisão diferida dos referidos impostos no passivo não circulante.

- Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado: na adoção inicial dos novos pronunciamentos, a Companhia pode optar por efetuar uma atribuição de custo (*deemed cost*) a determinadas classes de ativos imobilizados, trazendo estes ativos a valor justo. A Companhia optou por atribuir custos aos ativos imobilizados alocados na classe de terras florestais, em decorrência da defasagem do custo histórico destes ativos frente a seu valor justo.

- Cambiais Descontadas: a apresentação nos balanços patrimoniais do saldo de cambiais descontadas deve ser feito junto ao saldo de empréstimos e financiamentos no passivo, ao invés de redutor do saldo de contas a receber no ativo, conforme permitido anteriormente.

- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: apresentação nos balanços patrimoniais dos referidos tributos diferidos de forma líquida entre a compensação dos saldos de tributos diferidos ativos e passivos.

- Aquisição de Investimentos em Controladas: o saldo da diferença entre valor contábil e valor justo dos ativos e passivos adquiridos, classificados anteriormente no intangível, foram alocadas em suas respectivas rubricas ao seu valor justo nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os quadros abaixo, apresentam a conciliação dos efeitos no resultado de 2009 e patrimônio líquido da Companhia em 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2009, ajustado com base nos novos pronunciamentos:

Demonstração do resultado		
Consolidado		
31.12.2009		
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	335.862	
Variação do valor justo dos ativos biológicos	64.577	
Custo dos produtos vendidos - exaustão valor justo dos ativos biológicos	(313.244)	
IR/CS diferido s/ os ajustes	84.546	
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos	(164.121)	
Lucro líquido de acordo com os novos pronunciamentos	171.741	
. Atribuído a participação dos acionistas controladores	168.786	
. Atribuído a participação dos acionistas não controladores	2.955	
Patrimônio líquido		
Consolidado		
	01.01.2009	31.12.2009
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	2.247.015	2.387.018
Valor justo dos ativos biológicos	1.958.016	1.709.350
Custo atribuído ao imobilizado - terras	1.692.144	1.692.144
IR/CS diferido s/ os ajustes	(1.241.054)	(1.156.508)
IR/CS diferido s/ reserva de reavaliação	(27.544)	(26.847)
Estorno da proposta de dividendos para aprovação na AGO	-	57.002
Classificação de acionistas não controladores para o PL	27.974	56.665
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos	2.409.536	2.331.806
Patrimônio líquido de acordo com os novos pronunciamentos:	4.656.551	4.718.824
. Atribuído a participação dos acionistas controladores	4.628.577	4.662.159
. Atribuído a participação dos acionistas não controladores	27.974	56.665

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

Os quadros abaixo apresentam os balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009, além das demonstrações do resultado para os exercícios de 2010 e 2009.

A Companhia optou por não apresentar a demonstração do resultado de 2008 em decorrência de não haver comparabilidade com os resultados de 2009 e 2010, pois a adoção dos novos pronunciamentos não foi aplicável aquele exercício, sendo adotada a partir de 01 de janeiro de 2009.

	EXERCÍCIOS FINDOS EM (em R\$ mil)				VARIACIONES - AH ₁₀ 31/12/2010 e 31/12/2009
	31/12/2010		31/12/2009		
	AV ₁₀		AV ₁₀		
Receita líquida de vendas	3.663.317	100%	2.960.179	100%	24%
Varição do valor justo dos ativos biológicos	448.625	12%	64.577	2%	595%
Custo dos produtos vendidos	(2.741.103)	-75%	(2.498.271)	-84%	10%
Lucro bruto	1.370.839	37%	526.485	18%	160%
Despesas/ receitas operacionais					
Vendas	(300.153)	-8%	(300.047)	-10%	0%
Gerais e administrativas	(214.876)	-6%	(176.906)	-6%	21%
Outras, líquidas	(34.421)	-1%	10.770	0%	-420%
	(549.450)	-15%	(466.183)	-16%	18%
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	821.389	22%	60.302	2%	n/a
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	213.162	6%	84.040	3%	154%
Despesas financeiras	(162.568)	-4%	360.159	12%	-145%
	50.594	1%	444.199	15%	-89%
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	871.983	24%	504.501	17%	73%
Imposto de renda e contribuição social					
. Corrente	(100.545)	-3%	(244.206)	-8%	-59%
. Diferido	(189.286)	-5%	(88.554)	-3%	114%
	(289.831)	-8%	(332.760)	-11%	-13%
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	582.152	16%	171.741	6%	239%
Lucro atribuído aos acionistas controladores	559.776	15%	168.786	6%	232%
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	22.376	1%	2.955	0%	

AV₍₁₎ Análise VerticalAV₍₂₎ Análise Horizontal

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

ATIVO	BALANÇO PATRIMONIAL (em R\$ mil)						VARIACIONES - AH (2)	
	31/12/2010		31/12/2009		1/1/2009		31/12/2010 e 31/12/2009	31/12/2009 e 1/1/2009
	AV (1)		AV (1)		AV (1)			
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	2.531.105	21%	1.841.652	16%	1.295.177	11%	37%	42%
Títulos e valores mobiliários	198.222	2%	209.874	2%	407.521	4%	-6%	-48%
Contas a receber de clientes	753.961	6%	661.128	6%	650.912	6%	14%	2%
Estoques	460.128	4%	470.615	4%	478.890	4%	-2%	-2%
Tributos a recuperar	131.102	1%	294.268	3%	326.969	3%	-55%	-10%
Despesas antecipadas – partes relacionadas	13.242	0%	15.963	0%	18.790	0%	-17%	-15%
Outros ativos	39.387	0%	42.697	0%	61.790	1%	-8%	-31%
Total do ativo circulante	4.127.147	34%	3.536.197	31%	3.240.049	28%	17%	9%
Não circulante								
Partes relacionadas	1.220	0%	1.727	0%	2.125	0%	-29%	-19%
Depósitos judiciais	90.698	1%	81.932	1%	126.029	1%	11%	-35%
Tributos a recuperar	131.621	1%	164.673	1%	206.514	2%	-20%	-20%
Outros ativos	124.458	1%	111.393	1%	103.903	1%	12%	7%
Investimentos	11.542	0%	11.552	0%	8.700	0%	0%	33%
Imobilizado	5.004.023	41%	4.996.892	44%	5.286.477	45%	0%	-5%
Ativos biológicos	2.762.879	23%	2.491.169	22%	2.667.454	23%	11%	-7%
Intangível	7.655	0%	6.365	0%	1.115	0%	20%	471%
Total do ativo não circulante	8.134.096	66%	7.865.703	69%	8.402.317	72%	3%	-6%
Total do ativo	12.261.243	100%	11.401.900	100%	11.642.366	100%	8%	-2%

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	BALANÇO PATRIMONIAL (em R\$ mil)						VARIACIONES - AH (2)	
	31/12/2010		31/12/2009		1/1/2009		31/12/2010 e 31/12/2009	31/12/2009 e 1/1/2009
	AV (1)		AV (1)		AV (1)			
Circulante								
Empréstimos e financiamentos	842.121	7%	802.312	7%	497.094	4%	5%	61%
Fornecedores	269.839	2%	189.696	2%	215.546	2%	42%	-12%
Tributos a recolher	40.669	0%	50.399	0%	42.152	0%	-19%	20%
Provisão para imposto de renda e contribuição social	37.013	0%	1.622	0%	764	0%	2182%	112%
Salários, férias e encargos	93.542	1%	68.859	1%	59.661	1%	36%	15%
Partes relacionadas	2.392	0%	2.202	0%	1.816	0%	9%	21%
Adesão - REFIS	349.340	3%	331.685	3%	-	0%	5%	100%
Outras contas a pagar e provisões	55.997	0%	57.844	1%	44.167	0%	-3%	31%
Total do passivo circulante	1.690.913	14%	1.504.619	13%	861.200	7%	12%	75%
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	4.014.976	33%	3.925.637	34%	4.971.637	43%	2%	-21%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.235.635	10%	1.047.513	9%	956.828	8%	18%	9%
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	102.147	1%	138.725	1%	110.429	1%	-26%	26%
Outras contas a pagar e provisões	63.070	1%	66.582	1%	85.721	1%	-5%	-22%
Total do passivo não circulante	5.415.828	44%	5.178.457	45%	6.124.615	53%	5%	-15%
Patrimônio líquido								
Capital social	1.500.000	12%	1.500.000	13%	1.500.000	13%	0%	0%
Reservas de capital	84.491	1%	84.491	1%	84.491	1%	0%	0%
Reserva de reavaliação	51.404	0%	52.117	0%	53.472	0%	-1%	-3%
Reservas de lucros	2.403.120	20%	2.001.024	18%	1.953.918	17%	20%	2%
Ajustes de avaliação patrimonial	1.083.423	9%	1.104.337	10%	1.116.506	10%	-2%	-1%
Ações em tesouraria	(128.353)	-1%	(79.810)	-1%	(79.810)	-1%	61%	0%
Patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas controladores	4.994.085	41%	4.662.159	41%	4.628.577	40%	7%	1%
Patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas não controladores	160.417	1%	56.665	0%	27.974	0%	183%	103%
	5.154.502	42%	4.718.824	41%	4.656.551	40%	9%	1%
Total do passivo e patrimônio líquido	12.261.243	100%	11.401.900	100%	11.642.366	100%	8%	-2%

AV (1) Análise Vertical

AV (2) Análise Horizontal

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS APURADOS NOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

Receita líquida de vendas

A receita operacional líquida de vendas relativa ao exercício de 2010 foi de R\$3.663 milhões, representando aumento de 24% em relação ao exercício de 2009, onde a Companhia registrou receita operacional líquida de vendas de R\$2.960 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As vendas do exercício de 2009 foram impactadas pelos efeitos da crise econômica mundial nas operações da Companhia, principalmente em seu primeiro semestre, porém para o exercício de 2010 seus efeitos foram superados e a Companhia apresentou aumento nos volumes de venda em todos seus segmentos operacionais.

Dentre as principais variações no saldo, destaca-se: (i) aumento na receita líquida de 65% nas vendas de madeira para terceiros; (ii) aumento de 25% na receita líquida das vendas de papéis, destacando a recuperação de países estrangeiros atendidos pela Companhia e o aquecimento no mercado interno, com forte demanda de papéis para embalagem, impulsionando os preços dos produtos no mercado e; (iii) aumento de 18% na receita líquida das vendas de conversão, englobando chapas de papelão, caixas para embalagens e sacos industriais, destacando-se neste último o crescimento na construção civil como um dos fatores de aumento.

Variação do valor justo dos ativos biológicos

A variação do valor justo dos ativos biológicos, compreendida entre as variações de preço e crescimento das avaliações a valor justo das florestas da Companhia, totalizaram R\$449 milhões em 2010, frente a R\$65 milhões em 2009. Os fatores que impactaram a variação no saldo comparativo referem-se a aumento nos preços de madeira no mercado de aproximadamente 6% durante 2010, versus uma queda de 7% em 2009, além de aumento no volume de florestas que passaram a ser reconhecidas pelo valor justo durante 2010.

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos em 2010 foi de R\$2.741 milhões, sendo 10% superior a 2009, onde foi apurado montante de R\$2.498 milhões.

Os principais fatores que impactaram o custo dos produtos vendidos referem-se a: (i) redução da depreciação dos ativos imobilizados apropriados ao custo de produção de aproximadamente R\$ 180 milhões em decorrência da revisão da vida útil dos ativos para definição das taxas de depreciação, apresentando taxas inferiores àquelas utilizadas em 2009; (ii) aumento de 11% nos volumes de venda em 2010, comparativamente a 2009, com alteração no mix de produtos e; (iii) aumento nos gastos com pessoal alocados ao custo de produção em decorrência de dissídios coletivos e programa de participação de resultados concedidos aos funcionários.

Despesas/ receitas operacionais:

- Vendas

As despesas com vendas em 2010 foram de R\$300 milhões, estáveis em relação a despesa apurada em 2009. As despesas com fretes correspondem a 59% do total.

- Gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$215 milhões em 2010 e R\$177 milhões em 2009, apresentando aumento de 21% decorrente principalmente do aumento nos gastos com pessoal frente aos dissídios coletivos firmados e programa de participação nos resultados concedidos aos funcionários, além de aumento nos gastos com contratação de serviços de terceiros.

- Outras líquidas

Em 2010, destacam-se despesas com a atualização do passivo atuarial do plano de benefício concedido aos empregados de R\$8 milhões e realização de custo atribuído ao ativo imobilizado de R\$28 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O valor de outras despesas e receitas líquidas registrado pela Companhia em 2009 foi substancialmente impactado por receita não recorrente de R\$54 milhões resultante de indenização por desapropriação de terras, porém, o saldo foi parcialmente consumido pelo aumento na despesa de contingências, equivalente a R\$42 milhões, decorrente de aumento na expectativa de perdas com processos trabalhistas.

Resultado financeiro líquido

A Companhia apresentou receita financeira líquida de R\$51 milhões em 2010, contra R\$444 milhões no exercício de 2009.

A receita financeira apresentou aumento de R\$ 129 milhões em 2010 comparativamente a 2009, em decorrência do aumento no rendimento das aplicações financeiras impulsionado pelo incremento no saldo aplicado mantido pela Companhia e da redução dos efeitos de variação cambial sobre os ativos em moeda estrangeira, visto que a variação do Dólar frente ao Real em 2010 apresentou uma queda de 4% frente a uma queda de 25% em 2009.

A despesa financeira apresentou redução no período, passando de um ganho de R\$360 milhões em 2009 para uma perda de R\$163 milhões em 2010. Esse efeito é decorrente substancialmente das variações cambiais apurada sobre os passivos da Companhia em moeda estrangeira, impactadas pelas quedas do Dólar frente ao Real, onde em 2010 correspondeu a 4%, sendo de 25% em 2009. Adicionalmente, o saldo da despesa financeira de 2009 possui um montante de R\$97 milhões registrado, referente aos juros do Auto de Infração de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre desinvestimentos realizados pela Companhia, contabilizados devido à adesão ao REFIS, para liquidação subsequente.

Imposto de renda e contribuição social:

- Corrente

O saldo de imposto de renda e contribuição social corrente apurado no resultado de 2009 está impactado por um montante de R\$ 235 milhões referente à adesão da Companhia ao REFIS. O resultado apurado em 2010 corresponde ao lucro fiscal tributável apurado no exercício.

- Diferido

A variação de R\$100 milhões no imposto de renda e na contribuição social diferidos apresentada a maior em 2010, comparativamente a 2009, é decorrente substancialmente dos efeitos da revisão da vida útil dos ativos imobilizados da Companhia, aplicável a partir de 2010 e dos efeitos do valor justo dos ativos biológicos, onde em 2009 foi apurado um ganho equivalente a R\$86 milhões enquanto em 2010 foi apurado uma perda R\$48 milhões.

Lucro líquido

O lucro líquido da Companhia, atribuído aos acionistas controladores, foi de R\$560 milhões no exercício de 2010, variando positivamente em R\$391 milhões em relação ao lucro líquido de R\$169 milhões apurado no exercício de 2009. Dentre outros aspectos, o lucro líquido apresentado em 2010 foi impactado positivamente pela recuperação econômica da crise mundial, ainda repercutida durante o exercício de 2009.

EBITDA

O EBITDA da Companhia em 2010 foi de R\$962 milhões, contra R\$747 milhões apurados em 2009, representando crescimento de 29% no período comparativo, em decorrência do incremento no resultado operacional da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

A Companhia apresentou saldo de R\$2.729 milhões de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2010, representando 23% do total do ativo, sendo este 33% superior ao apresentado em 31 de dezembro de 2009, correspondente a R\$2.052 milhões, representando 18% do total do ativo.

Destaca-se no aumento apresentado no período comparativo o aumento na geração de caixa operacional da Companhia, impulsionada pelo incremento nas vendas e a geração de caixa nas atividades de financiamento com a captação de empréstimos e financiamentos em operações de pré-pagamentos de exportações.

Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes representava R\$754 milhões em 31 de dezembro de 2010, 14% superior a 31 de dezembro de 2009, correspondente a R\$661 milhões. O aumento no saldo é decorrente do aumento no faturamento da Companhia no período comparativo. O prazo médio de recebimento manteve-se o mesmo nos exercícios em comparação, correspondendo a 60 dias para vendas realizadas no mercado interno e 120 dias para vendas realizadas no mercado externo.

Tributos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de tributos a recuperar corresponde a R\$131 milhões, havendo redução no saldo de 55%, comparativo a 31 de dezembro de 2009 equivalentes a R\$294 milhões, decorrente substancialmente do consumo de créditos de ICMS, PIS e COFINS, além da utilização em 2010 de adiantamentos de imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores pagos a maior.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Tributos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de tributos a recuperar era de R\$132 milhões, havendo redução no saldo de 20%, comparado a 31 de dezembro de 2009, equivalente a R\$165 milhões, decorrente das transferências do longo para o curto prazo durante o exercício.

Imobilizado

O saldo do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2010 corresponde a R\$5.004 milhões, equivalente a 41% do total do ativo, contra R\$4.997 milhões em 31 de dezembro de 2009, equivalente a 44% do total do ativo. O saldo permaneceu estável durante os períodos comparativos, porém, destaca-se redução de aproximadamente R\$180 milhões na depreciação apurada em 2010, em decorrência da mudança nas taxas de depreciação após reavaliação da vida útil dos ativos, imposta pela adoção dos novos pronunciamentos convergentes ao IFRS.

Também se destaca no período aumento nas adições do ativo imobilizado, perfazendo um montante investido de R\$266 milhões em 2010, contra R\$157 milhões em 2009, destinados a expansão da capacidade produtiva das fábricas de conversão e a instalação de novos maquinários visando redução nos custos e atualização tecnológica da matriz industrial da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia avaliados a valor justo corresponderam a R\$2.763 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$2.491 milhões em 31 de dezembro de 2009, apresentando aumento de 11% no comparativo entre os períodos.

Os fatores que impactaram a variação apresentada referem-se a aumento nos preços de madeira no mercado de aproximadamente 6% durante 2010 e aumento no volume de florestas que passaram a ser reconhecidas pelo valor justo de acordo com as premissas definidas pela Companhia, a qual determina a avaliação a valor justo das florestas de eucalipto e pinus, a partir do terceiro ano e do quinto ano, respectivamente.

PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de fornecedores correspondia a R\$270 milhões, contra R\$190 milhões em 31 de dezembro de 2009, apresentando aumento no período comparativo de 42%, principalmente em decorrência das adições do ativo imobilizado e transferência para pagamento, por perda de processo judicial classificado no saldo de provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social é apresentada nos balanços patrimoniais líquida dos adiantamentos efetuados durante o exercício. Durante o exercício de 2009 o saldo de adiantamentos foi superior ao saldo da provisão de imposto do período, ao contrário de 2010, onde o saldo devedor superou os adiantamentos efetuados durante o exercício.

Salários, férias e encargos

O saldo de salários, férias e encargos em 31 de dezembro de 2010 corresponde a R\$94 milhões, apresentando aumento de 36% no período comparativo de 31 de dezembro de 2009, equivalente a R\$69 milhões. O aumento apresentado deve-se principalmente aos dissídios coletivos firmados durante o exercício e do programa de participação nos resultados da Companhia, concedido aos funcionários.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos corresponde a R\$842 milhões no passivo circulante e R\$4.015 milhões no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2010, contra R\$ 802 milhões no passivo circulante e R\$3.926 milhões no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2009, havendo aumento de 3% no período comparativo.

A movimentação do saldo durante o exercício de 2010 é demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	4.727.949
Captações	1.042.934
Provisão de Juros	252.410
Variação cambial e monetária	(143.958)
Amortizações e pagamento de juros	(1.022.238)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	4.857.097

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Sobre a movimentação do saldo acima, destaca-se as captações de novas operações, substancialmente composta por pré-pagamentos de exportação, a serem liquidadas no longo prazo com exportações, além do aumento nas amortizações e pagamento de juros em decorrência do vencimento dos contratos firmados pela Companhia. A valorização do Real frente ao Dólar em 2010 equivalente a 4% gerou redução no saldo devedor, visto que 59% da dívida da Companhia é firmada em dólar.

O saldo dos empréstimos e financiamentos, considerando o montante no passivo circulante e não circulante, corresponde a 40% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010, contra 41% em 31 de dezembro de 2009.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre diferenças temporárias, apresentados nos balanços patrimoniais líquidos entre ativos e passivos, corresponde a R\$1.236 milhões e R\$1.048 milhões em 31 de dezembro de 2009, com aumento de 18% no saldo comparativo.

As principais variações sobre o saldo, correspondem aos efeitos da reavaliação da vida útil dos ativos imobilizados, realizada somente a partir de 2010 e o aumento no saldo do valor justo dos ativos biológicos.

As principais diferenças temporárias que a Companhia possui correspondem a avaliação a valor justos dos ativos biológicos e custo atribuído ao ativo imobilizado (terras), dos quais não terão efeito caixa quando realizado.

Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis

O saldo de provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis corresponde a R\$102 milhões em 31 de dezembro de 2010 e R\$139 milhões em 31 de dezembro de 2009, apresentando redução de 26% no período comparativo, substancialmente em decorrência de encerramento de processo judicial trabalhista no montante de R\$28 milhões, provisionado em anos anteriores, a ser pago pela Companhia, transferida para o contas a pagar.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 01 DE JANEIRO DE 2009

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

A Companhia apresentou saldo de R\$2.052 milhões de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2009, sendo este 20% superior ao apresentado em 01 de janeiro de 2009, correspondente a R\$1.703 milhões. O aumento é decorrente da geração de caixa operacional da Companhia durante o exercício.

Adicionalmente, destaca-se no período a alteração no portfólio de investimentos da Companhia, resgatando parte de suas aplicações financeiras anteriormente registradas em LFTs para aplicação em operações de CDB.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários correspondem a 18% do total do ativo em 31 de dezembro de 2009, enquanto representavam 15% do total do ativo em 01 de janeiro de 2009.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Impostos e contribuições a recuperar

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de impostos e contribuições a recuperar era de R\$294 milhões, havendo redução no saldo de 10%, comparativo a 01 de janeiro de 2009 equivalentes a R\$327 milhões, decorrente basicamente do consumo de créditos de ICMS, PIS e COFINS.

Outros ativos

O saldo de outros ativos corresponde a R\$43 milhões em 31 de dezembro de 2009 e R\$62 milhões em 01 de janeiro de 2009, com redução de 31% no período comparativo, decorrente da utilização de créditos junto ao INSS obtidos através do ganho de causa de processo judicial em 2008.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Depósitos judiciais

O saldo de depósitos judiciais corresponde a R\$82 milhões em 31 de dezembro de 2009, reduzido em 35% comparativo a 01 de janeiro de 2009, com saldo equivalente a R\$126 milhões. A redução do saldo refere-se ao reconhecimento de ganho em processo judicial tributário de PIS e COFINS sobre ampliação da base, cujo saldo depositado em juízo foi transferido para tributos a recuperar para futura compensação.

Tributos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de tributos a recuperar era de R\$165 milhões, havendo redução no saldo de 20% decorrente das transferências do longo para o curto prazo durante o exercício.

Imobilizado

O saldo do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2009 corresponde a R\$4.997 milhões contra R\$5.286 milhões em 01 de janeiro de 2009. A redução no período comparativo é decorrente de adições no período serem menores do que a depreciação, fato comum depois do investimento feito no projeto MA1100, finalizado em 2008.

Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia avaliados a valor justo, corresponderam a R\$2.491 milhões em 31 de dezembro de 2009 e R\$2.667 em 01 de janeiro de 2009, apresentando redução de 7% no comparativo entre os períodos. Dentre os fatores que levaram a redução no saldo dos ativos biológicos, destaca-se a queda no preço médio de eucalipto e pinus no mercado equivalente a 7%, além de redução de 5% de áreas plantadas.

PASSIVO CIRCULANTE

Empréstimos e Financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos no passivo circulante corresponde a R\$802 milhões em 31 de dezembro de 2009 contra R\$497 milhões em 01 de janeiro de 2009. O aumento no saldo dos financiamentos no curto prazo em 2009 refere-se à reclassificação da parcela de longo para curto prazo, para liquidação das parcelas de empréstimos, conforme prazo de maturidade. Adicionalmente, destaca-se que o saldo é superior ao apurado no exercício anterior, visto que os prazos de carência de algumas operações venceram em 2009.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de fornecedores corresponde a R\$190 milhões, havendo redução no saldo de 12%, comparativamente a 01 de janeiro de 2009, decorrente da liquidação de faturas dos fornecedores envolvidos na finalização e ajustes no Projeto MA1100.

Adesão - REFIS

Em 31 de dezembro de 2009 a Companhia possui registrado um montante de R\$332 milhões, decorrente da adesão ao REFIS para liquidação do Auto de Infração de imposto de renda e contribuição social sobre desinvestimentos feitos pela Companhia em 2003.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos no passivo não circulante corresponde a R\$3.926 milhões em 31 de dezembro de 2009 e R\$4.972 milhões em 01 de janeiro de 2009, havendo redução de 21% no período comparativo. A variação no saldo refere-se à valorização do Real frente ao Dólar, correspondente a 25% em 2009, visto que aproximadamente 53% dos financiamentos da Companhia são denominados em dólar.

Adicionalmente, foram captados durante o exercício de 2009 novos financiamentos, no montante de R\$493 milhões, substancialmente provenientes de novas operações de Pré-Pagamento de exportação, assim como houve transferência de saldos para o curto prazo com o vencimento da carência de alguns contratos.

O saldo dos empréstimos e financiamentos no curto e longo prazo correspondem a 41% do total do passivo em 31 de dezembro de 2009, contra 47% em 01 de janeiro de 2009.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre diferenças temporárias, apresentados nos balanços patrimoniais líquidos entre ativos e passivos, corresponde a R\$1.048 milhões e R\$957 milhões em 01 de janeiro de 2009, com aumento de 9% no saldo comparativo. A principal variação sobre o saldo, corresponde a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas durante 2009.

As principais diferenças temporárias que a Companhia possui correspondem a avaliação a valor justos dos ativos biológicos e custo atribuído ao ativo imobilizado (terras), dos quais não terão efeito caixa quando realizados.

Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis

Em 31 de dezembro de 2009 a Companhia possui um montante registrado de R\$139 milhões de provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis, 47% maior frente ao saldo de R\$110 milhões registrado em 01 de janeiro de 2009. O aumento na provisão é decorrente de aumento na expectativa de perdas com processos trabalhistas.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Comentários dos diretores sobre:

a) resultado das operações da Companhia, em especial: i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

A Companhia é a maior produtora, exportadora e recicladora de papéis do Brasil, liderando os segmentos de papéis e cartões para embalagens, embalagem de papelão ondulado e de sacos industriais. Também comercializa madeira em toras para serrarias e laminadoras, para uso na indústria moveleira e na construção civil. Referência mundial no desenvolvimento sustentável, posiciona-se como uma das seis maiores fabricantes globais de cartões de fibras virgens, sendo sua unidade no Estado do Paraná uma das dez maiores fábricas integradas de celulose e papel do mundo.

Presente em oito estados do Brasil e na Argentina, a Companhia possui 458 mil hectares de terras, sendo 213 mil hectares plantados nos Estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Possui dezessete plantas no Brasil e uma na Argentina, comercializando seus produtos para mais de cinquenta países, em cinco continentes.

A Companhia se posiciona no mercado doméstico com ênfase nos segmentos de embalagens para alimentos líquidos (refrigerados e lácteos), bebidas (refrigerantes e cervejas), higiene e limpeza, *personal care*, farmacêuticos e nos segmentos de produtos congelados. Para o mercado externo o crescimento está baseado no mercado de *Liquid Packaging Board* como fornecedor global da *Tetra Pak*, *Carrier Board* (refrigerantes e cervejas - Mercado Europeu, Norte Americano e Asiático), *Folding Boxboard* (congelados, higiene e limpeza - Europa, EUA e Mercosul) e no *kraftliner*.

A Companhia comercializou no mercado interno 68% de seu volume vendido em 2010. O *mix* de vendas entre o mercado interno e o mercado externo é componente importante na formação da receita líquida. Abaixo é possível verificar o volume de vendas e receita líquida de vendas dos três últimos anos.

Volume de vendas	2008		2009		2010	
	Toneladas/ mil	%	Toneladas/ mil	%	Toneladas/ mil	%
Mercado Interno	956	61%	989	64%	1.161	68%
Exportação	623	39%	555	36%	989	32%
Total	1.579	100%	1.544	100%	1.716	100%
Madeira	2.298		1.892		3.113	

Receita líquida	2008		2009		2010	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
Mercado Interno	2.244	72%	2.248	76%	2.850	78%
Exportação	853	28%	712	24%	813	22%
Total	3.097	100%	2.960	100%	3.663	100%

Em 2010, o volume de vendas consolidado (excluindo madeira) totalizou 1.716 mil toneladas, 11% superior a 2009. As vendas no mercado interno cresceram 17% e o volume exportado permaneceu estável.

A receita bruta (incluindo madeira) em 2010 atingiu R\$ 4,4 bilhões, equivalente a US\$ 2,5 bilhões. A receita líquida totalizou R\$ 3,7 bilhões, 24% superior a 2009. A receita dos produtos destinados ao mercado interno representou 78% da receita líquida total.

Em 2009, o volume de vendas consolidado (excluindo madeira) totalizou 1.544 mil toneladas, 2% inferior a 2008. As vendas no mercado interno cresceram 3% e o volume exportado caiu 11%.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

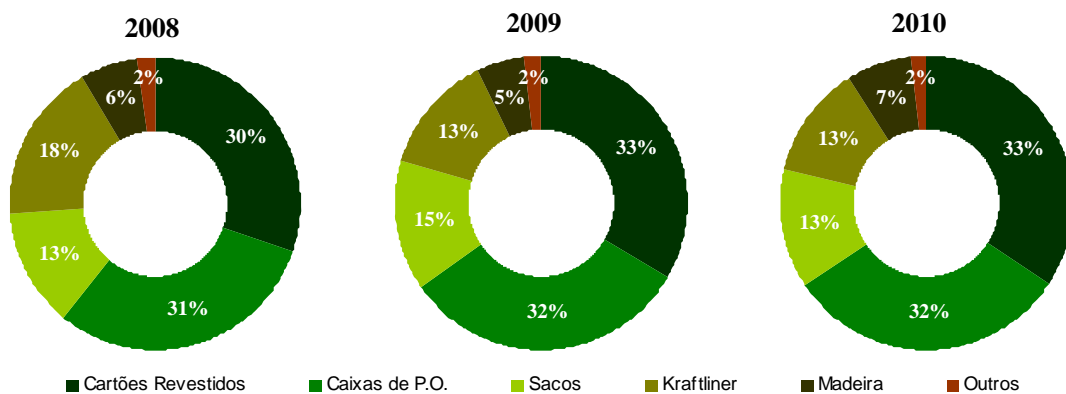
A receita bruta (incluindo madeira) em 2009 atingiu R\$3,6 bilhões, equivalente a US\$1,8 bilhão. A receita líquida totalizou R\$ 3,0 bilhões, 4% inferior a 2008. A receita de exportação representou 24% da receita líquida total.

Em 2008, o volume de vendas consolidado (excluindo madeira) totalizou 1.579 mil toneladas, 10% superior a 2007. As vendas no mercado interno cresceram 8% e o volume exportado aumentou 13%.

A receita bruta (incluindo madeira) em 2008 atingiu R\$ 3,7 bilhões, equivalente a US\$2,0 bilhões. A receita líquida totalizou R\$3,1 bilhões, 11% superior a 2007. A receita de exportação representou 28% da receita líquida total.

O mix de vendas entre os diversos produtos da Companhia é fator determinante para a formação da receita líquida, uma vez que os produtos possuem preços diferentes. Com a nova máquina de cartões instalada em Monte Alegre no final de 2007, a participação de cartões na receita líquida aumentou em comparação a participação de outros produtos.

Participação na receita líquida



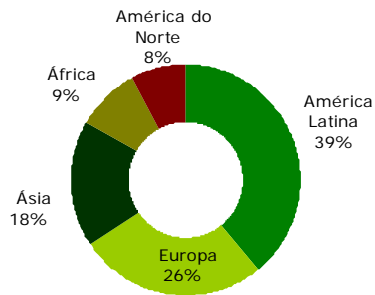
O mix de vendas entre regiões também é componente de grande importância na composição da receita da Companhia, uma vez que os preços, valores dos fretes e condições de entrega são diferentes em cada local.

Grande parte da produção de cartões produzida pela Máquina 9 em Monte Alegre foi destinada à clientes na Ásia, aumentando a participação das vendas para essa região nos últimos anos.

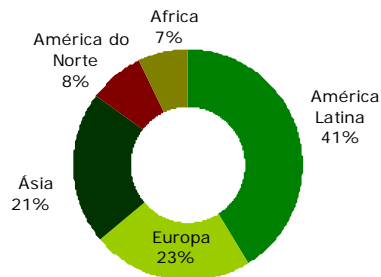
Como é possível verificar nos gráficos a seguir, a América Latina concentra a maior parte das vendas para o mercado externo.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

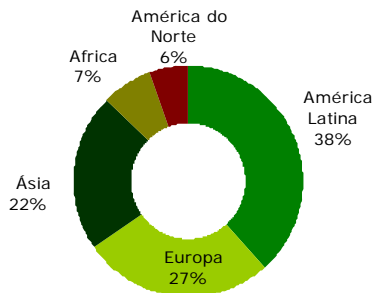
Volume de vendas 2008



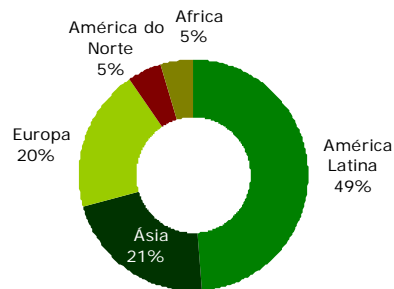
Receita líquida 2008



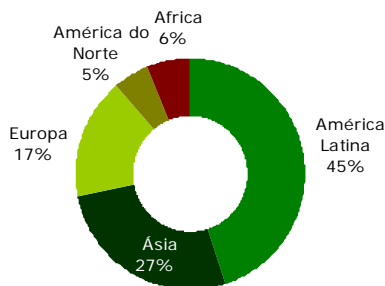
Volume de vendas 2009



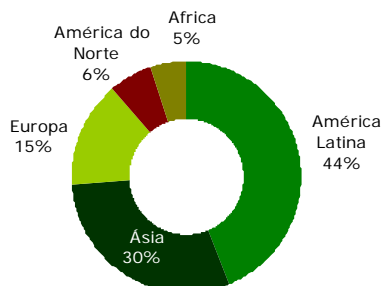
Receita líquida 2009



Volume de vendas 2010



Receita líquida 2010



Os preços dos produtos da Companhia variam em função do equilíbrio entre a oferta e a demanda nos mercados nacional e internacional. A formação de preço dos produtos é diferente nos diversos segmentos que a Companhia atua e sofre influência de PIB, inflação, nível da atividade econômica no Brasil e no mundo, variação da taxa de juros, carga tributária, flutuação do real com relação a moedas estrangeiras, preço de celulose de mercado, preço de aparas de papel, assim como fenômenos da natureza que impactam a oferta de madeira. Os preços de alguns papéis geralmente são cíclicos e estão sujeitos a fatores que estão fora do controle da Klabin.

Fatores que afetaram o resultado operacional encontram-se no item 10.3, abaixo.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

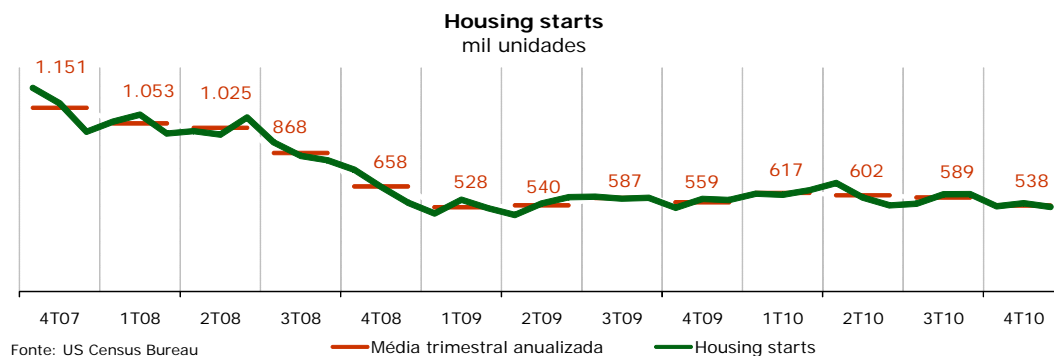
A receita da Companhia provém da venda de *kraftliner*, papelcartão e sacos industriais para os mercados externo e interno e pela venda de toras de madeira e caixas de papelão ondulado no mercado interno e é altamente impactada por variações de volumes.

Conforme estatísticas de vendas da Bracelpa, a Klabin vem ampliando sua participação no mercado brasileiro de papelcartão. As vendas de cartões no mercado interno em 2010, excluindo cartões para líquidos, totalizaram 155 mil toneladas (124 mil em 2009 e 92 mil em 2008), acréscimo de 24% em relação a 2009. A participação de mercado atingiu 27% em 2010 versus 25% em 2009 e 18% em 2008. A expedição brasileira de papelcartão, excluindo cartões para líquidos, foi de 576 mil toneladas em 2010, comparado a 507 mil toneladas em 2009 e 508 mil toneladas em 2008.

Assim como o papel reciclado, o papel *kraftliner* fabricado pela Klabin abastece de forma integrada as fábricas de embalagens de papelão ondulado da empresa. No início de 2009, a Companhia desativou temporariamente a unidade de papéis reciclados de Ponte Nova, aumentando a transferência interna de papéis de fibras virgens para confeccionar caixas de papelão (vide item 10.3 a). Além disso, com o cenário de valorização cambial do Real frente ao Dólar, a Companhia optou estrategicamente por direcionar uma maior quantidade desse papel para suas fábricas de conversão, diminuindo o volume de *kraftliner* que era destinado ao mercado externo. Dessa forma, o volume de *kraftliner* de mercado vendido pela Klabin decresceu, explicando a redução de participação na receita desse produto em 2009 e 2010.

As vendas de papel *kraftliner* atingiram 367 mil toneladas em 2010, comparado a 393 mil toneladas em 2009 e 458 mil toneladas em 2008. A receita líquida com vendas de *kraftliner*, cujo preço internacional teve grande elevação em 2010 acumulou R\$466 milhões no ano, comparado a R\$385 milhões e R\$545 milhões em 2009 e 2008, respectivamente.

O volume de vendas de madeira é distribuído totalmente no mercado interno. Os clientes da Companhia são serrarias, laminadoras e a indústria moveleira que revendem o produto para consumidores no Brasil e no exterior. O mercado de *housing starts* americano exerceu forte influência sobre a venda de madeira no Brasil. O decréscimo da construção de novas casas nos Estados Unidos nos últimos anos impactou negativamente o volume de vendas de madeira da Klabin. Em 2010, a Companhia procurou por novos clientes e novos nichos de mercado, conseguindo assim elevar o volume de vendas. O gráfico a seguir mostra a evolução do *housing starts* americano desde 2007.



A Klabin movimentou 9,9 milhões de toneladas de toras e cavacos de pinus e eucalipto e resíduos para energia em 2010, volume 25% superior a 2009. Deste total, 6,8 milhões de toneladas foram transferidos para as fábricas do Paraná, Santa Catarina e São Paulo. O volume de vendas de toras para serrarias e laminadoras foi de 3,1 milhões de toneladas em 2010, 65% superior a 2009.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Durante o ano de 2009, a Companhia movimentou 7,9 milhões de toneladas de toras de pinus e eucalipto, cavacos e resíduos para a produção de celulose e energia, volume 6% inferior ao ano de 2008. Deste total, 6,0 milhões de toneladas foram transferidos para as fábricas do Paraná, Santa Catarina e São Paulo e 1,9 milhão foi vendido ao mercado.

Em 2008, a Companhia movimentou 8,4 milhões de toneladas de toras e cavacos de pinus e eucalipto e resíduos para energia. Deste total, 6,1 milhões de toneladas foram transferidos para as fábricas do Paraná, Santa Catarina e São Paulo. O volume de vendas de toras para serrarias e laminadoras foi de 2,3 milhões de toneladas, inferior a 2007, afetado pelo declínio do mercado de construção residencial norte-americano, principal destino das exportações de produtos sólidos de madeira dos clientes da Klabin.

Os demais produtos vendidos pela Klabin não apresentaram alteração significativa de volume nos últimos anos. A participação de cada seguimento na receita líquida pode ser conferida no item anterior (10.2 a).

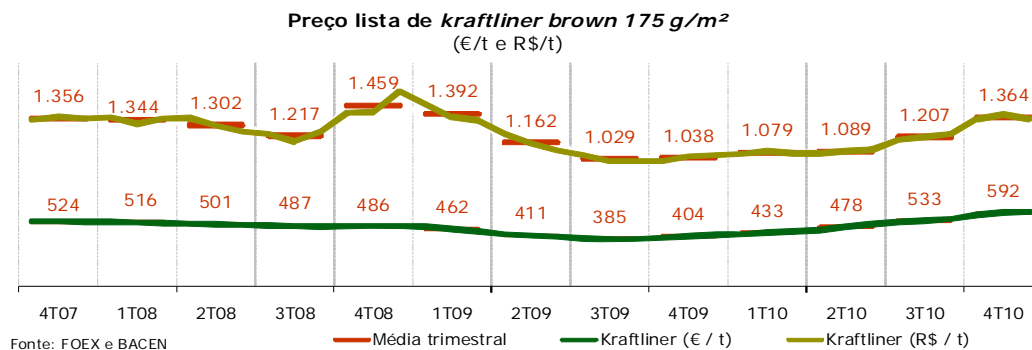
Modificações de preços

O preço de *kraftliner* no mercado internacional é determinado pelo balanço entre oferta e demanda desse produto. Já no mercado interno, os preços de *kraftliner* oscilam menos e sofrem concorrência dos papéis reciclados que utilizam aparas de papel. As aparas de papel são coletadas por catadores, aparistas e cooperativas e, após processo de separação e limpeza, são vendidas a companhias recicladoras. O preço das aparas no Brasil varia com a oscilação da oferta e demanda e pode sofrer interferência quando chuvas fortes impedem o trabalho dos catadores de rua.

Em 2010, o aumento da renda, emprego e da produção industrial impulsionou o consumo e, conseqüentemente, a demanda por cartões e kraftliner no mercado interno. As exportações brasileiras de papéis para embalagens também foram favorecidas pela recuperação econômica de algumas regiões e por restrições na oferta de produtores internacionais no primeiro semestre do ano, explicada por fechamentos de capacidade, greves e fenômenos da natureza que impediram o abastecimento global (terremoto no Chile, congelamento do Mar Báltico e inverno rigoroso no Hemisfério Norte).

Durante o segundo semestre de 2010, o arrefecimento da crise também elevou a demanda por aparas e papéis reciclados. Este cenário proporcionou aumentos de preço de kraftliner em todos os mercados. Na Europa segundo a FOEX, o preço de lista do kraftliner brown 175 g/m² atingiu aproximadamente €600/t em dezembro, representando variação positiva de 46% quando comparado ao mesmo mês de 2009. No ano, o preço internacional médio do kraftliner foi de €509/t, 23% superior em relação à média de 2009.

Abaixo, a figura mostra a evolução do preço do *kraftliner* na Europa e no Brasil nos últimos 3 anos.



10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os preços dos cartões apresentam menor volatilidade tanto no mercado interno como no mercado externo. Esses preços também são determinados pelo balanço entre a oferta e demanda nos mercados brasileiro e internacional, porém a Companhia acredita que devido à grande quantidade de especificidades desses papéis (cor, gramatura, opacidade, tamanho, etc.) a relação entre cliente e fornecedor é mais estável e regula os níveis de preços nas diversas regiões.

Taxas de câmbio

Os preços dos papéis no mercado internacional são, na maioria das vezes, determinados na moeda americana. A Companhia exporta cerca de 30% do volume de produção, deste modo a taxa de câmbio é um componente importante na receita líquida da empresa. Durante os três últimos anos podemos verificar a seguinte variação de taxa de câmbio (venda):

Câmbio	2010	2009	2008	2010/2009	2009/2008
	R\$/US\$	R\$/US\$	R\$/US\$	%	%
Dólar Médio	1,76	1,99	1,84	-12%	8%
Dólar Final	1,67	1,74	2,34	-4%	-25%

A receita líquida de vendas no mercado externo totalizou R\$ 813 milhões em 2010, 14% superior ao ano anterior, onde a receita com exportação foi de R\$713 milhões. A variação é explicada pelo aumento do preço internacional dos papéis para embalagens. Em 2008, a receita líquida com exportações atingiu R\$ 852 milhões.

Inflação

As receitas e custos da Companhia sofrem impacto da inflação. Os preços dos papéis no mercado interno, assim como o custo dos insumos de produção e custo de mão de obra tendem a variar conforme os índices de inflação brasileira.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Os insumos utilizados pela Klabin em sua maior parte são vinculados ao Real. Os prestadores de serviços reajustam seus preços baseados na variação dos índices de inflação e de modo geral utilizam o IPCA. Para materiais é utilizado o componente de variação de algumas *commodities* além do IPCA, como exemplo, óleo combustível para determinar o reajustes dos fretes.

O resultado das operações e o resultado financeiro da Companhia são influenciados pela inflação e pela variação da taxa de câmbio, uma vez que, em 2010, 22% da receita líquida foi proveniente de vendas no mercado externo. Do custo caixa total da Companhia, aproximadamente 85% é indexado a índices de inflação (IGPM) e o restante é passível de influência da variação cambial.

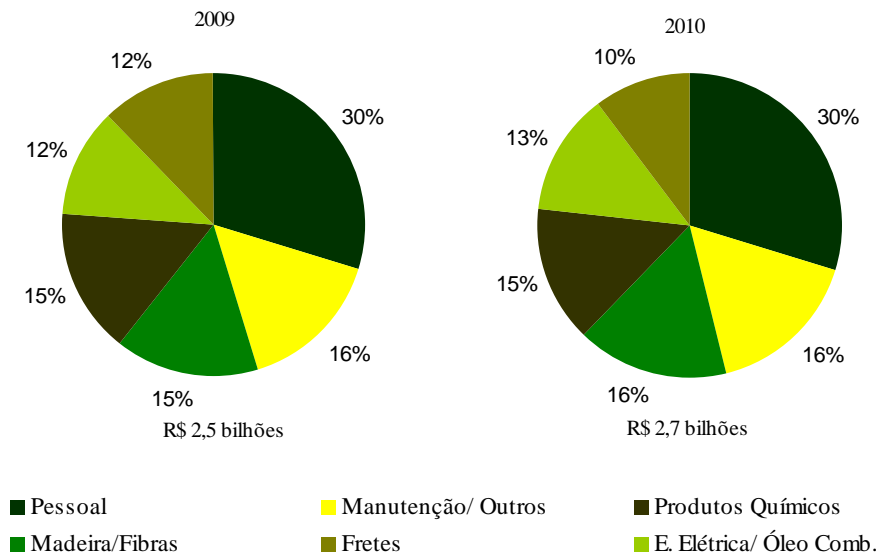
Em 2009, 76% da receita líquida foi proveniente do mercado nacional e 24% das exportações e, portanto, denominada em dólares.

Em 2009 o custo dos produtos vendidos foi de R\$ 2,5 bilhões, influenciado pelos menores custos dos insumos de produção – com destaque para óleo combustível, aparas, energia elétrica e produtos químicos.

A comparação com o ano de 2008 não é válida dada às mudanças nas demonstrações financeiras consolidadas da Klabin, que passaram a ser apresentadas de acordo com as normas internacionais do contabilidade – IFRS.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Evolução do Custo Caixa e seus componentes:



Quanto à influência de tais índices no resultado financeiros da Companhia, o impacto da valorização do real frente ao dólar de 4% em 2010 (taxa final venda) gerou um ganho de variação cambial, sem efeito caixa de R\$ 125 milhões antes dos impostos, que afetou positivamente o resultado financeiro de 2010. Em 2009, a valorização do real frente ao dólar de 25% (taxa final venda) gerou um ganho de variação cambial sem efeito caixa de R\$ 664 milhões antes dos impostos e também influenciou de forma positiva o resultado financeiro do ano.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não introduziu ou alienou segmentos operacionais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária com impactos nas suas demonstrações financeiras ou resultados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008.

c) eventos ou operações não usuais

A Companhia sofreu um Auto de Infração em 27 de julho de 2007 referente à imposto de renda e contribuição social relacionado aos desinvestimentos realizados pela Companhia no exercício de 2003. Esse Auto de Infração, incluindo principal, multa e juros, a valores atualizados em 31 de dezembro de 2009 representaria aproximadamente R\$1.069 milhões, valor que não estava registrado como provisão para contingências em função dos prognósticos de perda considerados anteriormente.

Dentro do prazo legal, facultado pela lei 11941/09, a Companhia efetuou a adesão ao Programa de Parcelamento Fiscal (REFIS) e, conforme Fato Relevante divulgado em 18 de fevereiro de 2010, incluiu parte do Auto de Infração acima citado. O valor incluído no programa REFIS, em 31 de dezembro de 2009, era de aproximadamente R\$862 milhões que, após a aplicação das regras do referido programa, foi reduzido para aproximadamente R\$332 milhões, que foi provisionado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, sendo de R\$349 milhões em 31 de dezembro de 2010 com a atualização monetária.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4. Comentários dos diretores sobre:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Vide item 10.1 (h)

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Vide item 10.1 (h)

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas nos pareceres da auditoria externa para as demonstrações financeiras de 2008, 2009 e 2010.

O parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, incluiu parágrafo de ênfase sobre o fato de que, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as demonstrações financeiras consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na Norma e Procedimento de Contabilidade – NPC nº 12, “Práticas contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros”.

O parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras no balanço individual (“Controladora”) referente ao exercício de 2010, inclui parágrafo de ênfase, em relação a divergência das práticas contábeis adotadas no Brasil frente ao IFRS quanto ao reconhecimento dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, ao invés do custo ou valor justo conforme IFRS.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

São constituídas provisões para os créditos de liquidação duvidosa com base em análise individual dos valores a receber e na estimativa de perdas prováveis na realização dos recebíveis.

Provisão para perdas na realização de estoques

São reconhecidas provisões para perdas prováveis de (i) estoque de produtos que tenham sido descontinuados ou que pretendemos descontinuar; (ii) estoques excessivos de matéria-prima em relação às vendas projetadas do produto no qual são utilizadas nos próximos vinte e quatro meses; e (iii) estoque de produtos acabados cujo prazo de vencimento ocorrerá antes que o produto possa ser vendido. Essas provisões são atualizadas em cada data de encerramento do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia contabiliza o ativo e passivo fiscal diferido com base nas diferenças entre os valores contábeis e a base tributária de ativos e passivos. A Companhia revisa com regularidade a realização do ativo fiscal diferido. A administração da Companhia acredita que a realização do ativo fiscal diferido líquido seja provável, suportado pelas projeções de resultados, mas seu valor é sujeito à incertezas tendo em vista que depende da concretização dos lucros tributáveis projetados para os períodos futuros.

A Administração optou para o ano fiscal de 2008 por alterar o critério de reconhecimento fiscal das variações cambiais de seus direitos e obrigações, de regime de competência para regime de caixa. Essa opção pelo regime de caixa foi mantida em 2009.

A provisão para imposto de renda e contribuição social diferida é apresentada nos balanços patrimoniais líquida entre o saldos ativos e passivos.

Imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes

O ativo imobilizado da Companhia é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, apurada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Os gastos com manutenção dos ativos da Companhia são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados.

Encargos financeiros são capitalizados ao ativo imobilizado, quando incorridos sobre imobilizações em andamento, se aplicáveis.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada no período, apurada de forma linear com base em sua vida útil definida. Gastos com pesquisa de novos produtos e técnicas utilizadas pela Companhia são registrados no resultado do exercício como despesa, a medida que são incorridos.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Redução do valor recuperável de ativos (“impairment”)

O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

O valor recuperável corresponde ao maior valor entre o valor líquido de venda e o seu valor em uso de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa, sendo determinado individualmente para cada ativo, a menos que o ativo não gere entradas de fluxo de caixa que sejam independentes daqueles de outros ativos ou grupos de ativos. Na estimativa do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo.

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do exercício pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem a florestas de eucalipto e pinus, as quais são destinadas para produção de papéis para embalagem, sacos de papel e caixas e chapas de papelão ondulado, além de venda para terceiros, quando exauridos. O processo de colheita e replantio tem um ciclo aproximado de 7 – 14 anos, variável com base na cultura e material genético a que se refere. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, a partir do terceiro e quinto ano para eucalipto e pinus respectivamente, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita.

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações.

A avaliação dos ativos biológicos é feita trimestralmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado no período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada “variação do valor justo dos ativos biológicos”. O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período avaliado.

A contrapartida do valor justo dos ativos biológicos, líquido dos impostos diferidos incidentes, é mantido dentro da reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido, até a sua efetiva realização financeira e econômica, sendo neste momento transferido o valor proporcional realizado para lucros acumulados para destinação.

Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis

As provisões passivas decorrem de processos administrativos e/ou judiciais inerentes ao curso normal das atividades da Companhia. As provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis são avaliadas pelos advogados internos, advogados e peritos contratados pela Companhia e são quantificadas utilizando-se de critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada e são atualizadas até as datas do balanço.

Para os processos judiciais classificados com risco de perda provável, são constituídas provisões; para os processos judiciais cujo risco de perda é considerado como possível, há somente divulgação dos processos e valores envolvidos, sem que seja constituída provisão; e para os processos cujo risco de perda é classificado como remoto, não há divulgação dos riscos nem constituição de provisões, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em processos judiciais envolvendo causas ativas, para as quais não existem valores provisionados nas demonstrações financeiras, seguindo o princípio contábil da prudência, sendo a prática contábil adotada é a o reconhecimento dos ativos somente após o trânsito em julgado definitivo dos processos.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6. Comentários dos diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não houve deficiências significativas incluídas no relatório dos auditores independentes.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**10.7. Comentários dos diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:****a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Não houve ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável dado que não houve ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável dado que não houve ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia não mantém qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas com as suas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos seus resultados ou em sua condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em suas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há quaisquer outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, que sejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9. Comentários dos diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há quaisquer outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, que sejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação

Não há quaisquer outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, que sejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há quaisquer outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, que sejam evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.10 - Plano de negócios

10.10. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:

- a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Papéis

Monte Alegre (PR)

Linha de transmissão de alta tensão no valor de R\$60 milhões, com início de operação previsto para o segundo semestre de 2011;

Acréscimo da área de evaporação, com investimento previsto de R\$22 milhões;

Adequação da coleta de gases condensáveis, investimento previsto de R\$24 milhões;

Substituição do resfriador de cal do Forno II, investimento de R\$8,5 milhões;

Substituição do descascador da linha 1, com investimento de R\$8 milhões.

Otaclio Costa (SC)

Caldeira de biomassa com investimento de R\$35 milhões, entrou em operação em janeiro de 2011;

Reforma da linha de evaporação, investimento de R\$35 milhões.

Correia Pinto (SC)

Aquisição de uma nova caldeira de biomassa, com investimento previsto de R\$86 milhões, com início de operação previsto para o segundo semestre de 2012;

Reforma da caldeira de recuperação, investimento de R\$12 milhões.

Conversão

Papelão Ondulado

Foram adquiridas e instaladas quatro impressoras com capacidade para impressão de quatro cores em papelão ondulado, sendo duas na unidade de Jundiá - DI (SP), uma em Feira de Santana (BA) e uma em Itajaí (SC);

Nas unidades de Jundiá (SP) e Goiana (PE) serão instaladas novas ondulateiras com investimento previsto de R\$100 milhões. A ondulateira de Goiana deve entrar em operação no segundo semestre de 2011 e a de Jundiá no primeiro trimestre de 2012.

Sacos Industriais

Na unidade de Lages (SC) será instalada um linha adicional de produção de sacos multifolhados que aumentará a produção da unidade em 10%.

Florestal

A companhia continua renovando a área florestal, substituindo florestas antigas por novas com ganho de produtividade de fibras de até 50%.

Em 2010, a Companhia voltou a aumentar o montante investido em suas diversas unidades de negócio. O montante de R\$ 386 milhões em investimentos foi distribuído da seguinte forma:

Florestal – cerca de 47% do total, principalmente com a aquisição de terras e florestas para futura

10.10 - Plano de negócios

ampliação da capacidade instalada de celulose e papel.

Papéis – cerca de 35% do total, com destaque para a aquisição de uma nova caldeira de biomassa em Otacílio Costa (SC) em substituição a uma caldeira de óleo combustível, além dos investimentos correntes em manutenção nas diversas fábricas de papéis.

Conversão – cerca de 18% do total, incluindo instalação de linha completa de sacos valvulados na fábrica de Lages(SC), novas impressoras nas fábricas de embalagens elevando marginalmente a capacidade de expedição das fábricas de caixas de papelão ondulado, além de investimentos correntes nas diversas fábricas de conversão.

R\$ milhões	2008	2009	2010
Florestal	300	98	182
Papéis	231	122	134
Conversão	56	27	69
Total	587	247	386

A Companhia pretende investir no ano 2011 cerca de R\$510 milhões, elevando o montante investido em relação ao ano anterior. Os investimentos serão focados em melhorias operacionais nas fábricas de papéis (melhorias nas linhas de transmissão de energia e substituição de um descascador na fábrica de Monte Alegre, melhorias na matriz energética e atualização tecnológica da linha de evaporação da fábrica de Otacílio Costa e melhorias na matriz energética na fábrica de Correia Pinto) e na expansão das linhas de conversão (novas ondulateiras e atualização tecnológica de equipamentos das fábricas de papelão ondulado e nova linha de produção de sacos industriais).

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

A Companhia continua priorizando seus objetivos estratégicos de longo prazo, que prevêem a construção de uma fábrica de celulose de escala mundial com capacidade entre 1,3 a 1,5 milhão de t/ano, elevando a capacidade de celulose para 3,2 milhões de t/ano, com início de produção previsto para meados de 2015.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Inovação em produtos e tecnologias

Qualidade, competitividade e respeito aos princípios de sustentabilidade são os vetores das iniciativas das Unidades de Negócios da Companhia, conjugadas em um processo de pesquisa e desenvolvimento que engloba as áreas de produção florestal, papéis, cartões e produtos convertidos. Essa integração permite aumentar a eficiência, reduzir custos operacionais e privilegiar o desenvolvimento de tecnologias limpas.

A inovação tem como foco atender às necessidades dos clientes da Companhia, que também são parceiros no desenvolvimento de produtos, processos e materiais. Nesse trabalho, a Companhia conta com a participação de fornecedores de equipamentos e insumos e tem o apoio de centros de pesquisa que são sinônimo de excelência no setor. Um exemplo é o Innventia (ex-STFI-Packforsk), instalado na Suécia, especializado no desenvolvimento de papéis e embalagens com alto valor agregado.

10.10 - Plano de negócios

Entre as atribuições da área de P&D estão a busca pela inovação tecnológica e a melhoria de processos industriais, buscando a redução de custos de produção, além de contemplar aspectos ambientais, de qualidade, de produtividade, de saúde e de segurança na execução dos projetos.

Nos últimos anos, a área de P&D vem se dedicando especialmente ao desenvolvimento de papéis, cartões e embalagens de menor gramatura, o que segue a estratégia da empresa de investir em produtos de maior valor agregado. O processo proporciona melhor eficiência, ao passo que reduz custos relacionados à fabricação, ao uso e ao transporte das embalagens, assim como agrega vantagens ambientais decorrentes do menor uso de fibras.

Em 2010, a Companhia deu continuidade ao desenvolvimento e produção de papéis, cartões e embalagens de menor gramatura, com ganhos econômicos para os clientes, redução dos custos relacionados à fabricação, ao uso e ao transporte das embalagens – pela maior quantidade do produto na mesma tonelagem – assim como vantagens ambientais, decorrentes do menor uso de fibras.

Durante o ano de 2010, os principais produtos desenvolvidos foram:

- Cartão Barreira Gordura – Destinado à fabricação de embalagens para fast-food, o produto tem como principal característica a aplicação de uma película que repele a gordura, melhorando a resistência da caixa quando em contato com o alimento.
- Consumo de óleo no forno de cal – A redução de 9% no consumo de óleo combustível foi possível graças a um avançado controle que utiliza modelos matemáticos para antecipar pontos de oscilações e indica o melhor momento de ajuste da máquina para prevenir variações em seus processos.
- Eficiência no processo de calcificação – A iniciativa teve como base o mesmo modelo usado para melhorar a eficiência no consumo de cal na Unidade Monte Alegre, e teve como resultado ganhos da ordem de 12% no processo de calcificação. O projeto foi premiado como o melhor trabalho do ano pela Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel (ABTCP).

A pesquisa florestal permitiu ao longo dos últimos 25 anos que o Incremento Médio Anual (IMA) das espécies cultivadas dobrasse, tanto das fibras longas (Pinus) quanto das fibras curtas (Eucalyptus). A maior produtividade florestal permite maior produção de fibras em um mesmo hectare plantado.

Desafios para o futuro:

- Ampliação do uso da tecnologia de controle avançado, já utilizada na área de recuperação, em produção de celulose, papel e cartão;
- Incrementar a investigação da biotecnologia na produção de celulose, papel e cartão;
- Estabelecer o uso da modelagem e simulação de processos como ferramenta de trabalho.

Tecnologia florestal

No ano de 2010, continuaram as pesquisas para desenvolvimento de clonagem de eucalipto resistente a geadas para plantio em Santa Catarina. São mantidos mais de 2 mil hectares de área comercial plantadas com sementes do *Eucalyptus Bentharii*, espécie que combina alta resistência à geada e boa produção de fibras curtas.

Para o desenvolvimento de tecnologias mais avançadas a Unidade de Negócio Florestal também utiliza importantes parcerias. Atua com o Instituto de Pesquisa e Estudos Florestais (Ipef, da Universidade de São Paulo), a Sociedade de Investigações Florestais (SIF, da Universidade Federal de Viçosa), a Fundação Paranaense de Estudos Florestais (Fupef, da Universidade Federal do Paraná), o Consórcio para Proteção Ambiental da Bacia do rio Tabagi (Copati) e o Centro de Estudos e Pesquisas Florestais (Cepef, da Universidade Federal de Santa Maria). No exterior, é associada à cooperativa Central American and Mexico Coniferous Resources (Camcore), da Carolina do Norte (EUA).

10.10 - Plano de negócios

Um dos estudos mais importantes que a Companhia integra é o Projeto Genolyptus, de sequenciamento completo do genoma do eucalipto, cuja meta principal é aumentar a produtividade brasileira no segmento de papel e celulose e, conseqüentemente, sua competitividade comercial no mercado internacional. A pesquisa, uma das mais avançadas do mundo nessa área, é liderada por pesquisadores do Brasil, África do Sul e Estados Unidos.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não existem outras informações relevantes sobre esse item “10”.

11.1. As projeções divulgadas e premissas:

A Companhia não divulga projeções, optando pela opção facultada nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09.

11.2. Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas:

A Companhia não divulga projeções, optando pela opção facultada nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Agilio Leão de Macedo Filho	63	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2011	1 ano
007.117.999-20	Administrador de Empresas	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	04/04/2011	Não
Alberto Klabin	59	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2011	1 ano
261.062.567-72	Engenheiro Mecânico	23 - Conselho de Administração (Suplente)	04/04/2011	Sim
Amanda Klabin Tkacz	32	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2011	1 ano
047.868.957-84	Administradora de Empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	04/04/2011	Sim
Armando Klabin	78	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2011	1 ano
008.144.407-97	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/04/2011	Sim
Celso Lafer	69	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2011	1 ano
001.913.298-00	Advogado e Professor Universitário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/04/2011	Sim
Daniel Miguel Klabin	81	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2011	1 ano
008.143.777-34	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/04/2011	Sim
Edgard Gleich	64	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2011	1 ano
184.011.558-00	Engenheiro Mecânico	28 - Conselho de Adm. Independente (Suplente)	04/04/2011	Sim
Fernando Jose da Silva	57	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2011	1 ano
636.345.038-15	Contador	23 - Conselho de Administração (Suplente)	04/04/2011	Sim
Francisco Lafer Pati	37	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2011	1 ano
256.483.558-90	Bacharel em Direito	23 - Conselho de Administração (Suplente)	04/04/2011	Sim
Graziela Lafer Galvão	72	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2011	1 ano

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
012.072.688-28	Engenheira Industrial	23 - Conselho de Administração (Suplente)	04/04/2011	Sim
Horacio Lafer Piva	53	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2011	1 ano
038.613.618-17	Economista e Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	04/04/2011	Sim
Israel Klabin	84	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2011	1 ano
008.143.857-53	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/04/2011	Sim
Líliá Klabin Levine	71	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2011	1 ano
300.825.448-91	Empresária	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/04/2011	Sim
Miguel Lafer	71	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2011	1 ano
027.760.308-00	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/04/2011	Sim
Olavo Egydio Monteiro de Carvalho	68	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2011	1 ano
007.260.107-82	Empresário	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	04/04/2011	Não
Paulo Sergio Coutinho Galvão Filho	50	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2011	1 ano
040.443.368-57	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/04/2011	Sim
Pedro Franco Piva	77	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2011	1 ano
008.308.448-72	Advogado	20 - Presidente do Conselho de Administração	04/04/2011	Sim
Roberto Klabin Martins Xavier	42	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2011	1 ano
153.181.088-81	Administrador de Empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	04/04/2011	Sim
Roberto Luiz Leme Klabin	55	Pertence apenas ao Conselho de Administração	04/04/2011	1 ano
988.753.708-00	Advogado	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	04/04/2011	Sim

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Rui Manoel de Medeiros D'Espiney Patricio 656.812.078-20	78 Advogado	Pertence apenas ao Conselho de Administração 27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	04/04/2011 04/04/2011	1 ano Não
Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães 725.095.897-68	48 Economista	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	04/04/2011 04/04/2011	1 ano Não
Vera Lafer 380.289.138-49	74 Engenheira Industrial	Pertence apenas ao Conselho de Administração 22 - Conselho de Administração (Efetivo)	04/04/2011 04/04/2011	1 ano Sim
Wolff Klabin 018.376.457-95	37 Empresário	Pertence apenas ao Conselho de Administração 23 - Conselho de Administração (Suplente)	04/04/2011 04/04/2011	1 ano Sim
Antonio Gonçalves de Oliveira 050.148.678-04	66 Sociólogo	Conselho Fiscal 45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	04/04/2011 04/04/2011	1 ano Não
Antonio Marcos Vieira Santos 053.610.478-64	47 Economista	Conselho Fiscal 43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	04/04/2011 04/04/2011	1 ano Sim
Carlos Alberto Alves 330.547.627-34	58 Administrador de Empresas	Conselho Fiscal 46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	04/04/2011 04/04/2011	1 ano Sim
João Alfredo Dias Lins 027.023.637-68	70 Contador	Conselho Fiscal 43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	04/04/2011 04/04/2011	1 ano Sim
Luiz Eduardo Pereira de Carvalho 384.060.808-25	62 Engenheiro de Produção	Conselho Fiscal 43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	04/04/2011 04/04/2011	1 ano Sim

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Sueli Reis de Souza	58	Conselho Fiscal	04/04/2011	1 ano
166.870.436-68	Advogada	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	04/04/2011	Não
Tania Maria Camilo	49	Conselho Fiscal	04/04/2011	1 ano
726.204.557-15	Advogada	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	04/04/2011	Não
Gabriel Agostini	64	Conselho Fiscal	04/04/2011	1 ano
193.032.897-49	Engenheiro Civil	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	04/04/2011	Sim
Vivian do Valle Souza Leão Mikui	48	Conselho Fiscal	04/04/2011	1 ano
088.036.718-03	Advogada	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	04/04/2011	Sim
Wolfgang Eberhard Rohrbach	70	Conselho Fiscal	04/04/2011	1 ano
016.771.448-15	Economista	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	04/04/2011	Não

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Agilio Leão de Macedo Filho - 007.117.999-20

Iniciou suas atividades profissionais em 1974 como especialista em projetos financeiros na sede da empresa Cummins Engine Company em Columbus, Indiana, Estados Unidos. Ocupou vários cargos gerenciais na Xerox Corp e Xerox do Brasil (1976-1983). Diretor de Finanças e Administração na Cia. Fiat Lux, Rio de Janeiro (1983-1986). Sócio da empresa AFI - Associados em Finanças e Investimentos Ltda., Rio de Janeiro (1987-1991). CFO e posteriormente CEO da Courtaulds International Ltda., São Paulo (1991-1995). Diretor Executivo da Aracruz Celulose S.A., Rio de Janeiro (1995-2002). Consultor da empresa Máster Mind Consultoria Ltda., Rio de Janeiro (2002-2004). Diretor Presidente da Ficap S.A., Rio de Janeiro (2004-2008). Atualmente é consultor da empresa Monteiro Aranha S.A. (desde março/2009). Eleito membro suplente do conselho de Administração de Klabin S.A. em março/2010.

Alberto Klabin - 261.062.567-72

Sócio da Atina - Indústria e Comércio de Produtos Florestais Não Madeireiros S.A. Membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A.

Amanda Klabin Tkacz - 047.868.957-84

Iniciou sua atividade profissional como membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A. a partir de abril/2004.

Armando Klabin - 008.144.407-97

Diretor Presidente de Dawojobe Participações S.A., sócio gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Membro do Conselho de Administração de Klabin S.A. Presidente da Companhia Sisal do Brasil - COSIBRA. Sócio controlador da Aqüinor - Aqüicultura do Nordeste Ltda. Diretor Presidente de Ibitiguai Agropecuária Ltda. - Fazenda Paraíso (MG) e Estância Miranda (MS). Diretor Presidente das seguintes instituições: Sociedade Israelita Brasileira - ORT e Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande. Presidente do Conselho de Administração da Colônia de Férias Henrique Lemle – Membro do Conselho Diretor da Fundação Getúlio Vargas.

Celso Lafer - 001.913.298-00

Foi Presidente do Conselho de Administração da Metal Leve S/A. Indústria e Comércio (1993-1995), Conselho que integrou desde 1971 e do qual foi Vice-Presidente. Foi Ministro de Estado das Relações Exteriores em 1992 e, nesta condição, Vice-Presidente ex-officio da Conferência da ONU sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. Na sua segunda gestão no Itamaraty (2001-2002) chefiou a delegação brasileira à Conferência Ministerial da OMC em Doha, que deu início à Rodada de Doha. Em 1999 foi Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. De 1995 a 1998 foi Embaixador, Chefe da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas e à Organização Mundial do Comércio em Genebra. Integra, desde 2003, o Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP e, em 2007 foi nomeado seu Presidente pelo Governador do Estado de São Paulo. Eleito membro titular da Academia Brasileira de Ciências em 2004 e membro efetivo da Academia Brasileira de Letras em 2006. Doutor honoris causa da Universidade de Buenos Aires (2001) e da Universidade Nacional de Cordoba, Argentina (2002), recebeu, em 2001, o Prêmio Moinho Santista na área de Relações Internacionais. Foi eleito membro do Conselho de Administração de Klabin S/A. em março de 2005.

Daniel Miguel Klabin - 008.143.777-34

Presidente de DARO Participações S.A., sócio gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Diretor da DAMARO Comercial Agropecuária Ltda. Diretor da DARAM Participações Ltda. Membro do Comitê Estratégico do Capítulo Brasileiro do CEAL (Conselho de Empresários da América Latina), desde 1990. Membro do Comitê Empresarial Permanente do Ministério das Relações Exteriores. Fundador e 1º Presidente (1998), atual Vice-Presidente Nato do Conselho Curador do CEBRI (Centro Brasileiro de Relações Internacionais). Conselheiro de Administração de Klabin S.A. (Presidente no exercício de 2005). Membro do Conselho Empresarial de Desenvolvimento do Rio de Janeiro pela Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) desde 01/09/2005.

Edgard Gleich - 184.011.558-00

Foi Gerente de Controladoria da Metal Leve S.A., Diretor da Falkenburg Indústria de Produtos Alimentícios Ltda., Vice-Presidente do Conselho de Administração de Dixie-Toga S.A. e membro do Conselho de Administração da Cinemark S.A. Atualmente é Presidente do Conselho Deliberativo da Associação George Mark Klabin de Assistência, Membro do Conselho Deliberativo do Hospital Albert Einstein, Membro do Conselho Deliberativo do FUNBIO e Membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A.

Fernando Jose da Silva - 636.345.038-15

Ingressou nas empresas Klabin em 1973 exercendo o cargo de controller da controladora Klabin Irmãos & Cia. É suplente de Conselheiro de Administração de Klabin S.A. desde março/2008.

Francisco Lafer Pati - 256.483.558-90

Acionista e diretor de VFV Participações S.A., sócio gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A.

Graziela Lafer Galvão - 012.072.688-28

Diretora e acionista da GL Holdings S.A., sócia gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do grupo Klabin. Sócia, Diretora de Gepel Rural, sócia quotista de GL Agropecuária Ltda., sócia-gerente de Tantra Participações Ltda. e membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A.

Horacio Lafer Piva - 038.613.618-17

Membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A. e membro dos Conselhos de Atmosfera Higienização de Têxteis S/A, Tarpon Investimentos S/A, Redecard S/A, Investtur – Companhia Brasileira de Desenvolvimento Imobiliário Turístico e Grupo Martins. Presidente do Conselho da BRACELPA - Associação Brasileira de Papel e Celulose e da AACD - Associação de Assistência à Criança Deficiente, membro dos Conselhos da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, da Fundação Osesp, da Abdim – Associação Brasileira de Distrofia Muscular, da Fundação Antonio Prudente/Hospital do Câncer, e do CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Também participa dos Conselhos Consultivos da Spread Teleinformática, BTSP e Brasilpar - Serviços Financeiros. Foi Presidente da FIESP/CIESP/SESI/SENAI - Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo no período de 1998 a 2004, e do Sebrae de 1998 a 2000.

Israel Klabin - 008.143.857-53

Diretor Presidente de Glimdas Participações S.A., sócio gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Presidente da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. Conselheiro de Administração de Klabin S.A.

Lília Klabin Levine - 300.825.448-91

Presidente de LKL Participações S.A. e Esli Participações S/A. - sócia gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Diretora de Jack Levine Participações Ltda. Acionista de Levine Participações S/A. Membro do Conselho de Administração de Klabin S.A.

Miguel Lafer - 027.760.308-00

Conselheiro de Administração de Klabin S.A. Diretor e acionista de Miguel Lafer Participações S.A., sócio gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Diretor e acionista de Jacob Klabin Lafer Administração e Participações S.A., LPG Administração S.A. e Haras Sete Cravos S.A. Diretor e quotista de Novo Horizonte Agropecuária Ltda., Sete Cravos Participações Ltda. e KASSA-SP Participações Ltda.

Olavo Egydio Monteiro de Carvalho - 007.260.107-82

Conselheiro da Ultrapar desde dezembro/2002. Presidente do Conselho de Administração de Monteiro Aranha S.A. desde 1996. Membro do Conselho de Administração de Klabin S.A. desde 1978. Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro desde 2005. Membro do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, do Conselho de Administração da AD-Rio – Agência de Desenvolvimento Econômico o Estado do Rio de Janeiro.

Paulo Sergio Coutinho Galvão Filho - 040.443.368-57

Vice Presidente da GL Holdings S.A., sócio gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Diretor de Tantra Participações Ltda., GL Agropecuária Ltda. e GEPEL Rural Ltda. Acionista e membro dos Conselho de Administração da Drogasil S.A. e da Klabin S.A.

Pedro Franco Piva - 008.308.448-72

Senador da República por São Paulo (1995-2002). Durante o mandato ocupou as cadeiras de: Presidência e Vice Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, membro titular das Comissões Mista de Orçamento, Economia, Relações Exteriores e Defesa Nacional, Infra-Estrutura, Fiscalização e Controle, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e suplente das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Educação. Membro do Conselho de Administração de Klabin S.A. Presidente da Presh S.A., sócia gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Sócio Diretor de Sant'angelo Agropecuária Ltda. Membro do Conselho de Administração de: Fundação Bienal de São Paulo, Museu de Arte Moderna - MAM, Museu de Arte de São Paulo - MASP, Instituto de Estudos Avançados para o Desenvolvimento Industrial - IEDI. Membro do Conselho de Empresários da América Latina – CEAL.

Roberto Klabin Martins Xavier - 153.181.088-81

Acionista e Diretor de LKL Participações S.A., sócio gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A.

Roberto Luiz Leme Klabin - 988.753.708-00

Sócio gerente de KL & KL Participações S/C Ltda., Ibisco Participações Ltda., RK Hotéis e Turismo Ltda., e Caiman Agropecuária Ltda. Membro do Conselho de Administração de Klabin S.A. Membro do Conselho Consultivo da Conservation International do Brasil e da Renctas - Rede Nacional de Combate do Tráfico de Animais Silvestres e Funbio - Fundao Brasileiro para a Biodiversidade. Presidente da Fundação SOS Mata Atlântica.

Rui Manoel de Medeiros D'Espiney Patricio - 656.812.078-20

Membro do Conselho de Administração de Monteiro Aranha S.A., Klabin S.A., Espirito Santo International Holding, Vivo Participações e EIP – Eletricidade Industrial Portuguesa.

Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães - 725.095.897-68

Assistente de Diretoria de Monteiro Aranha S.A. e Monteiro Aranha Participações S.A. (1989/1998) ocupando, presentemente, o cargo de Diretor. Conselheiro de Administração de Klabin S.A. desde março/2005.

Vera Lafer - 380.289.138-49

Diretora e acionista de VFV Participações S.A., sócia gerente de Klabin Irmãos & Cia., empresa holding do Grupo Klabin. Diretora e quotista de Mekla Beta Participações Ltda., VL Participações Ltda., Novo Horizonte Agropecuária Ltda., VEMI Participações Ltda., Kla Gama Agropecuária Ltda. e Lavesube Comércio e Representações Ltda. Membro do Conselho de Administração de Klabin S.A.

Wolff Klabin - 018.376.457-95

Iniciou carreira no Banco Goldman Sachs e posteriormente trabalhou nas áreas de fusões e aquisições e crédito do Banco JP Morgan. Desde 2006 é sócio da Gestora de Recursos Jardim Botânico Partners. Também é membro do Conselho do ORT Brasil, escola com foco no ensino profissionalizante sem fins lucrativos no Rio de Janeiro e do Conselho do David Rockefeller Center for Latin American Studies da Universidade de Harvard. Membro suplente do Conselho de Administração de Klabin S.A. (desde 1998).

Antonio Gonçalves de Oliveira - 050.148.678-04

Trabalhou no Banco do Brasil durante 24 anos, onde foi professor de Administração e atuou também como Assessor Técnico das Diretorias de Planejamento e de Recursos Humanos. De 1990 a 2000, foi dirigente do sindicato empresarial das pequenas indústrias. Integrou a direção de várias entidades associativas, especialmente da ANABB, Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil. Nos últimos anos, participou de vários Conselhos Fiscais em empresas: Coelba, Iguatemi Shoppings Centers, Melpaper. Atualmente, é Conselheiro Consultivo Eleito da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ e Conselheiro de Administração da Vivo, onde preside o Comitê de Auditoria e Controle e atua desde a criação da empresa. Eleito membro do Conselho Fiscal de Klabin S/A em março/2010.

Antonio Marcos Vieira Santos - 053.610.478-64

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade São Judas Tadeu -São Paulo-SP, concluído em 1987, com atuação na área contábil desde 1985 e na área financeira há aproximadamente 15 anos, tendo ocupado cargos intermediários e de chefia em empresas como: Siemens e McCann Erickson Publicidade. Conselheiro Fiscal de Klabin S.A. desde abril de 1998.

Carlos Alberto Alves - 330.547.627-34

Graduado em Administração de Empresas pela Faculdades Integradas Anglo Americanas, e Pós Graduação em Contabilidade pela Fundação Getulio Vargas, iniciou carreira profissional em setembro de 1978 na Cia Cervejaria Brahma (Ambev) de onde saiu como Contador em fevereiro de 1998. Em março de 1998 ingressou na empresa Moinhos Cruzeiro do Sul – Filial Rio de Janeiro permanecendo até outubro de 1999 no Cargo de Gerente Administrativo e Financeiro. Em Dezembro de 1999 assumiu o cargo de Coordenador Financeiro na Telemar Regional Espírito Santo, em agosto de 2001 foi transferido para a Regional Minas assumindo o cargo de Gerente de Controladoria, sendo transferido para a Regional Rio de Janeiro, com o mesmo cargo em junho de 2002 de onde se desligou em dezembro de 2003. Membro suplente do Conselho Fiscal de Klabin S.A. desde março/2005.

João Alfredo Dias Lins - 027.023.637-68

Graduado em ciências contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Junior, Rio de Janeiro, RJ, em 30 de julho de 1970. Iniciou sua carreira profissional em 1962 na empresa de auditoria externa Price Waterhouse & Peat, atual PriceWaterhouseCoopers, de onde saiu em abril de 1971 como gerente de auditoria. Ingressou em Klabin Irmãos & Cia. em maio do mesmo ano, desligando-se em dezembro de 1980, passando a exercer a atividade de consultor de empresas. Em 1988 cursou o Advanced Management Programme, ministrado pelo Institut Européen d'Administration des Affaires - INSEAD, em Fontainebleau, França. Conselheiro Fiscal de Klabin S.A. desde 13 de janeiro de 1981. Membro do Conselho Curador da Fundação Getúlio Vargas. Presidente dos Conselhos Fiscais da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável – FBDS e da Fundação Eva Klabin.

Luiz Eduardo Pereira de Carvalho - 384.060.808-25

Engenheiro de produção graduado pela Escola Politécnica da USP, São Paulo (1970); MBA pela London Business School, Londres, Inglaterra (1974). Atuou como: Analista de Sistemas na Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (1970-72); Analista de Investimentos da Delta Metal Overseas Ltd. (1974-75); Gerente de Novos Negócios da Delta Metal S.A. (1975-80); Diretor Financeiro da PZM Comercial, Agrícola e Construtora Ltda. (1980-83); Vice Presidente Executivo da Carlos Pereira Indústrias Químicas S.A. (1983-93); Diretor da Boucinhas & Campos Consultores Ltda. (1993-98); Sócio-Diretor da Setape Assessoria Econômica Ltda. (desde 1999). Conselheiro Fiscal de Klabin S.A (desde fevereiro/2007).

Sueli Reis de Souza - 166.870.436-68

Ingressou no Banco do Brasil em 1973 atuando como Chefe de Setores Jurídicos em Brasília e Rio de Janeiro ao longo de sua carreira. Atualmente é Secretária de Meio Ambiente e Atividades Urbanas da Prefeitura de Juiz de Fora, Minas Gerais. Eleita membro suplente do Conselho Fiscal de Klabin S.A. em março/2010.

Tania Maria Camilo - 726.204.557-15

Ingressou na empresa Monteiro Aranha S.A. em 1991 e ocupa o cargo de Gerente Jurídica do Grupo Monteiro Aranha. Membro suplente do Conselho Fiscal de Klabin S.A. desde março/2006 e membro suplente do Conselho Fiscal da Ultrapar Participações S.A desde abril/2006.

Gabriel Agostini - 193.032.897-49

Formado em na Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Santa Maria – Rio Grande do Sul – colando grau em dezembro/1969, e curso de especialização em Administração de Empresas, realizado no Instituto de Administração e Gerência da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – 1973. Em 1975 fundou a Moritz e Agostini Engenharia Ltda, com a participação de 50%. Empresa de construção civil que atuou no mercado até 1996, tendo sido realizadas 240 obras. Encontra-se desde então desativada. Em 1990 fundou a AMW – Comércio e Participações Ltda, empresa de representação comercial, com participação de 96% das cotas. Desde sua fundação até 2001, foi representante exclusivo no Brasil de empresa canadense de papel-jornal (Donohue Forest Products Inc), Foram vendidas em média 50.000 t/ano, sendo que no ano de 2001 foram vendidas 95.000 t. Participou do do Conselho de Administração entre 2002 e 2008 da Forjas S.A. e participa do Conselho de Administração da Unipar desde 2008.

Vivian do Valle Souza Leão Mikui - 088.036.718-03

Bacharel em direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU (1988) e formada em administração de empresas pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie (1998). Sócia do escritório de advocacia Leão e Tohmé Advogados Associados Ltda, há 15 anos. Membro suplente do Conselho Fiscal de Klabin S.A. desde março/2005.

Wolfgang Eberhard Rohrbach - 016.771.448-15

Ingressou na Monteiro Aranha S.A. em 1973 com atuação focada no acompanhamento de suas participações acionárias, ocupando cargos de controller na empresa e de conselheiro fiscal/diretor em coligadas. No passado, entre outros, foi membro do conselho fiscal da Volkswagen do Brasil S.A., Ericsson Telecomunicações S.A., Oxiten S.A., bem como diretor de empresa do agrobusiness. Atualmente, além de Controller de Monteiro Aranha S.A., é conselheiro fiscal de Klabin S.A. e da Ultrapar S.A.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há membros dos comitês estatutários, comitês de auditoria, comitês de risco, comitês financeiro e comitê de remuneração, visto que a Companhia não possui nenhum dos referidos comitês compostos em sua administração.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Paulo Sergio Coutinho Galvão Filho Vice-Presidente	040.443.368-57	GL Holdings S/A	53.728.895/0001-41	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Graziela Lafer Galvão Presidente	012.072.688-28	GL Holdings S/A	53.728.895/0001-41	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Armando Klabin Presidente	008.144.407-97	Dawojobe Participações S/A	30.280.465/0001-04	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Israel Klabin Diretor	008.143.857-53	Dawojobe Participações S/A	30.280.465/0001-04	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Armando Klabin Presidente	008.144.407-97	Dawojobe Participações S/A	30.280.465/0001-04	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Daniel Miguel Kabin Diretor	008.143.777-34	Dawojobe Participações S/A	30.280.465/0001-04	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Daniel Miguel Klabin Presidente	008.143.777-34	Daro Participações S/A	30.304.992/0001-01	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Armando Klabin Diretor	008.144.407-97	Daro Participações S/A	30.304.992/0001-01	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Daniel Miguel Klabin Presidente	008.143.777-34	Daro Participações S/A	30.304.992/0001-01	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Israel Klabin Diretor	008.143.857-53	Daro Participações S/A	30.304.992/0001-01	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Miguel Lafer Presidente	027.760.308-00	Miguel Lafer Participações S/A	72.872.120/0001-90	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Vera Lafer Diretor	380.289.138-49	Miguel Lafer Participações S/A	72.872.120/0001-90	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Vera Lafer Presidente	380.289.138-49	VFV Participações S/A	72.872.146/0001-38	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Miguel Lafer Diretor	027.760.308-00	VFV Participações S/A	72.872.146/0001-38	

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Israel Kabin Presidente	008.143.857-53	Glimdas Participações S/A	30.526.602/0001-48	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
----------------------------	----------------	---------------------------	--------------------	---

Pessoa relacionada

Armando Klabin Diretor	008.144.407-97	Glimdas Participações S/A	30.526.602/0001-48	
---------------------------	----------------	---------------------------	--------------------	--

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Israel Kabin Presidente	008.143.857-53	Glimdas Participações S/A	30.526.602/0001-48	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
----------------------------	----------------	---------------------------	--------------------	---

Pessoa relacionada

Daniel Miguel Kabin Diretor	008.143.777-34	Glimdas Participações S/A	30.526.602/0001-48	
--------------------------------	----------------	---------------------------	--------------------	--

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Armando Klabin Presidente	008.144.407-97	Dawojobe Participações S/A	30.280.465/0001-04	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
------------------------------	----------------	----------------------------	--------------------	--

Pessoa relacionada

Wolff Klabin Acionista	018.376.457-95	Dawojobe Participações S/A	30.280.465/0001-04	
---------------------------	----------------	----------------------------	--------------------	--

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Daniel Miguel Klabin Presidente	008.143.777-34	Daro Participações S/A	30.304.992/0001-01	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Amanda Klabin Tkacz Acionista	047.868.957-84	Daro Participações S/A	30.304.992/0001-01	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Lilia Klabin Levine Presidente	300.825.448-91	LKL Participações S/A	00.288.075/0001-10	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Roberto Klabin Martins Xavier Diretor	153.181.088-81	LKL Participações S/A	00.288.075/0001-10	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Pedro Franco Piva Presidente	008.308.448-72	Presh S/A	53.728.903/0001-50	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Horacio Lafer Piva Diretor	038.613.618-17	Presh S/A	53.728.903/0001-50	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Vera Lafer Presidente	380.289.138-49	VFV Participações S/A	72.872.146/0001-38	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Francisco Lafer Pati	256.483.558-90	VFV Participações S/A	72.872.146/0001-38	
Diretor				

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Israel Kabin	008.143.857-53	Glimdas Participações S/A	30.526.602/0001-48	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Presidente				

Pessoa relacionada

Alberto Klabin	261.062.567-72	Glimdas Participações S/A	30.526.602/0001-48	
Acionista				

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2010**Administrador do Emissor**

Antonio Sergio Alfano

875.349.248-04

Controle

Controlada Direta

Diretor Financeiro, de Planejamento e Relações com Investidores

Pessoa Relacionada

Klabin Limited

Diretor

Observação**Administrador do Emissor**

Reinoldo Poernbacher

003.976.440-00

Controle

Controlada Direta

Diretor Geral

Pessoa Relacionada

Klabin Limited

Diretor

Observação**Administrador do Emissor**

Antonio Sergio Alfano

875.349.248-04

Controle

Controlada Indireta

Diretor Financeiro, de Planejamento e Relações com Investidores

Pessoa Relacionada

Klabin Trade

Diretor

Observação**Administrador do Emissor**

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Reinoldo Poernbacher Diretor Geral	003.976.440-00	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada Klabin Trade Diretor			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Reinoldo Poernbacher Diretor Geral	003.976.440-00	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Ikapê Empreendimentos Ltda Diretor	81.399.230/0001-77		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Antonio Sergio Alfano Diretor Financeiro, de Planejamento e Relações com Investidores	875.349.248-04	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Ikapê Empreendimentos Ltda Diretor	81.399.230/0001-77		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Arthur Canhisares Diretor Industrial de Monte Alegre, Angatuba e Papéis Reciclados da Unidade de Negócios Klabin Papéis	021.861.148-01	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Ikapê Empreendimentos Ltda Diretor	81.399.230/0001-77		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Reinoldo Poernbacher Diretor Geral	003.976.440-00	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda Diretor	76.171.479/0001-90		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Antonio Sergio Alfano Diretor Financeiro, de Planejamento e Relações com Investidores	875.349.248-04	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda Diretor	76.171.479/0001-90		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Paulo Roberto Petterle Diretor de Operações	175.309.207-82	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda Diretor	76.171.479/0001-90		
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Arthur Canhisares Diretor Industrial de Monte Alegre, Angatuba e Papéis Reciclados da Unidade de Negócios Klabin Papéis	021.861.148-01	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda Diretor	76.171.479/0001-90		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Reinoldo Poernbacher Diretor Geral	003.976.440-00	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Antas Serviços Florestais Ltda Diretor	76.171.453/0001-42		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Antonio Sergio Alfano Diretor Financeiro, de Planejamento e Relações com Investidores	875.349.248-04	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Antas Serviços Florestais Ltda Diretor	76.171.453/0001-42		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Roberto Petterle	175.309.207-82	Controle	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Operações			
Pessoa Relacionada			
Antas Serviços Florestais Ltda	76.171.453/0001-42		
Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor			
Arthur Canhisares	021.861.148-01	Controle	Controlada Direta
Diretor Industrial de Monte Alegre, Angatuba e Papéis Reciclados da Unidade de Negócios Klabin Papéis			
Pessoa Relacionada			
Antas Serviços Florestais Ltda	76.171.453/0001-42		
Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor			
Reinoldo Poernbacher	003.976.440-00	Controle	Controlada Direta
Diretor Geral			
Pessoa Relacionada			
Centaurus Holdings S.A.	05.867.493/0001-85		
Diretor Gerente			
Observação			

Administrador do Emissor			
Paulo Roberto Petterle	175.309.207-82	Controle	Controlada Direta
Diretor de Operações			
Pessoa Relacionada			
Centaurus Holdings S.A.	05.867.493/0001-85		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Diretor Administrativo			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Antonio Sergio Alfano Diretor Financeiro, de Planejamento e Relações com Investidores	875.349.248-04	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Centaurus Holdings S.A. Diretor Financeiro	05.867.493/0001-85		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Antonio Sergio Alfano Diretor Financeiro, de Planejamento e Relações com Investidores	875.349.248-04	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Klabin Forest Products Company Diretor	89.637.490/0001-45		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Paulo Roberto Petterle Diretor de Operações	175.309.207-82	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Klabin Forest Products Company Diretor	89.637.490/0001-45		
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2009Administrador do Emissor

Antonio Sergio Alfano

875.349.248-04

Controle

Controlada Direta

Diretor Financeiro, de Planejamento e Relações com Investidores

Pessoa Relacionada

Klabin Limited

Diretor

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Reinoldo Poernbacher

003.976.440-00

Controle

Controlada Direta

Diretor Geral

Pessoa Relacionada

Klabin Limited

Diretor

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Antonio Sergio Alfano

875.349.248-04

Controle

Controlada Indireta

Diretor Financeiro, de Planejamento e Relações com Investidores

Pessoa Relacionada

Klabin Trade

Diretor

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Reinoldo Poernbacher Diretor Geral	003.976.440-00	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada Klabin Trade Diretor			
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Reinoldo Poernbacher Diretor Geral	003.976.440-00	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Ikapê Empreendimentos Ltda Diretor	81.399.230/0001-77		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Antonio Sergio Alfano Diretor Financeiro, de Planejamento e Relações com Investidores	875.349.248-04	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Ikapê Empreendimentos Ltda Diretor	81.399.230/0001-77		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Arthur Canhisares Diretor Industrial de Monte Alegre, Angatuba e Papéis Reciclados da Unidade de Negócios Klabin Papéis	021.861.148-01	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Ikapê Empreendimentos Ltda Diretor	81.399.230/0001-77		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Reinoldo Poernbacher Diretor Geral	003.976.440-00	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda Diretor	76.171.479/0001-90		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Antonio Sergio Alfano Diretor Financeiro, de Planejamento e Relações com Investidores	875.349.248-04	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda Diretor	76.171.479/0001-90		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Paulo Roberto Petterle Diretor de Operações	175.309.207-82	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda Diretor	76.171.479/0001-90		
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Arthur Canhisares Diretor Industrial de Monte Alegre, Angatuba e Papéis Reciclados da Unidade de Negócios Klabin Papéis	021.861.148-01	Controle	Controlada Direta
--	----------------	----------	-------------------

Pessoa Relacionada

Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda Diretor	76.171.479/0001-90		
--	--------------------	--	--

Observação**Administrador do Emissor**

Reinoldo Poernbacher Diretor Geral	003.976.440-00	Controle	Controlada Direta
---------------------------------------	----------------	----------	-------------------

Pessoa Relacionada

Antas Serviços Florestais Ltda Diretor	76.171.453/0001-42		
---	--------------------	--	--

Observação**Administrador do Emissor**

Antonio Sergio Alfano Diretor Financeiro, de Planejamento e Relações com Investidores	875.349.248-04	Controle	Controlada Direta
--	----------------	----------	-------------------

Pessoa Relacionada

Antas Serviços Florestais Ltda Diretor	76.171.453/0001-42		
---	--------------------	--	--

Observação**Administrador do Emissor**

Paulo Roberto Petterle	175.309.207-82	Controle	Controlada Direta
------------------------	----------------	----------	-------------------

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor de Operações			
Pessoa Relacionada			
Antas Serviços Florestais Ltda	76.171.453/0001-42		
Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor			
Arthur Canhisares	021.861.148-01	Controle	Controlada Direta
Diretor Industrial de Monte Alegre, Angatuba e Papéis Reciclados da Unidade de Negócios Klabin Papéis			
Pessoa Relacionada			
Antas Serviços Florestais Ltda	76.171.453/0001-42		
Diretor			
Observação			

Administrador do Emissor			
Reinoldo Poernbacher	003.976.440-00	Controle	Controlada Direta
Diretor Geral			
Pessoa Relacionada			
Centaurus Holdings S.A.	05.867.493/0001-85		
Diretor Gerente			
Observação			

Administrador do Emissor			
Paulo Roberto Petterle	175.309.207-82	Controle	Controlada Direta
Diretor de Operações			
Pessoa Relacionada			
Centaurus Holdings S.A.	05.867.493/0001-85		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Diretor Financeiro <u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Antonio Sergio Alfano Diretor Financeiro, de Planejamento e Relações com Investidores	875.349.248-04	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Centaurus Holdings S.A. Diretor Administrativo	05.867.493/0001-85		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Paulo Roberto Petterle Diretor de Operações	175.309.207-82	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Ikapê Empreendimentos Ltda Diretor	81.399.230/0001-77		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Paulo Roberto Petterle Diretor de Operações	175.309.207-82	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda Diretor	76.171.479/0001-90		
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2008Administrador do Emissor

Paulo Roberto Petterle
Diretor de Operações

175.309.207-82

Controle

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Klabin Argentina S.A.
Presidente

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Antonio Sergio Alfano
Diretor Financeiro, de Planejamento e Relações com Investidores

875.349.248-04

Controle

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Klabin Limited
Diretor

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Reinoldo Poernbacher
Diretor Geral

003.976.440-00

Controle

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Klabin Limited
Diretor

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Antonio Sergio Alfano Diretor Financeiro, de Planejamento e Relações com Investidores	875.349.248-04	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> Klabin Trade Diretor			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Reinoldo Poernbacher Diretor Geral	003.976.440-00	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> Klabin Trade Diretor			
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Antonio Sergio Alfano Diretor Financeiro, de Planejamento e Relações com Investidores	875.349.248-04	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Ikapê Empreendimentos Ltda Diretor	81.399.230/0001-77		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Reinoldo Poernbacher Diretor Geral	003.976.440-00	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Ikapê Empreendimentos Ltda Diretor	81.399.230/0001-77		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Arthur Canhisares Diretor Industrial de Monte Alegre, Angatuba e Papéis Recicladados da Unidade de Negócios Klabin Papéis	021.861.148-01	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Ikapê Empreendimentos Ltda Diretor	81.399.230/0001-77		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Antonio Sergio Alfano Diretor Financeiro, de Planejamento e Relações com Investidores	875.349.248-04	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda Diretor	76.171.479/0001-90		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Reinoldo Poernbacher Diretor Geral	003.976.440-00	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda Diretor	76.171.479/0001-90		
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Arthur Canhisares Diretor Industrial de Monte Alegre, Angatuba e Papéis Reciclados da Unidade de Negócios Klabin Papéis	021.861.148-01	Controle	Controlada Direta
--	----------------	----------	-------------------

Pessoa Relacionada

Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda	76.171.479/0001-90		
---	--------------------	--	--

Diretor

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Miguel Sampol Pou Diretor Geral	009.302.107-00	Controle	Controlada Direta
------------------------------------	----------------	----------	-------------------

Pessoa Relacionada

Antas Serviços Florestais Ltda	76.171.453/0001-42		
--------------------------------	--------------------	--	--

Diretor

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Paulo Roberto Petterle Diretor de Operações	175.309.207-82	Controle	Controlada Direta
--	----------------	----------	-------------------

Pessoa Relacionada

Antas Serviços Florestais Ltda	76.171.453/0001-42		
--------------------------------	--------------------	--	--

Diretor

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Antonio Sergio Alfano	875.349.248-04	Controle	Controlada Direta
-----------------------	----------------	----------	-------------------

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Financeiro, de Planejamento e Relações com Investidores			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Antas Serviços Florestais Ltda	76.171.453/0001-42		
Diretor			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Reinoldo Poernbacher	003.976.440-00	Controle	Controlada Direta
Diretor Geral			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Antas Serviços Florestais Ltda	76.171.453/0001-42		
Diretor			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Arthur Canhisares	021.861.148-01	Controle	Controlada Direta
Diretor Industrial de Monte Alegre, Angatuba e Papéis Reciclados da Unidade de Negócios Klabin Papéis			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Antas Serviços Florestais Ltda	76.171.453/0001-42		
Diretor			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Reinoldo Poernbacher	003.976.440-00	Controle	Controlada Direta
Diretor Geral			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Centaurus Holdings S.A.	05.867.493/0001-85		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Diretor Geral Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor Paulo Roberto Petterle Diretor de Operações	175.309.207-82	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Centaurus Holdings S.A. Diretor Financeiro Observação	05.867.493/0001-85		
<hr/>			
Administrador do Emissor Antonio Sergio Alfano Diretor Financeiro, de Planejamento e Relações com Investidores	875.349.248-04	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Centaurus Holdings S.A. Diretor Administrativo Observação	05.867.493/0001-85		
<hr/>			
Administrador do Emissor Paulo Roberto Petterle Diretor de Operações	175.309.207-82	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Ikapê Empreendimentos Ltda. Diretor Observação	81.399.230/0001-77		
<hr/>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Roberto Petterle Diretor de Operações	175.309.207-82	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Klabin do Paraná Produtos Florestais Ltda. Diretor	76.171.479/0001-90		
<u>Observação</u>			

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

- Ter um plano de remuneração (Salário base, Bônus, Benefícios) que recompense adequadamente nossos profissionais, respeitando a legislação vigente, de forma a assegurar o equilíbrio interno, a viabilidade econômica e o nível de competitividade de acordo com os parâmetros do mercado.
- Alinhar os planos de remuneração dos empregados com as estratégias da empresa e seus resultados (globais, divisionais e individuais), definindo responsabilidades e critérios para a avaliação de desempenho, com base no estabelecimento de metas e prazos bem como estabelecer métodos para o acompanhamento do desempenho obtido.
- Suportar de forma objetiva e eficaz as decisões sobre remuneração quanto ao planejamento, desenvolvimento, reconhecimento e recompensas.

b) composição da remuneração, inclusive:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Os membros do Conselho de Administração e Fiscal da Companhia recebem um honorário fixo mensal, e outros benefícios, tais como seguro de vida, assistência médica e farmácia.

Diretoria Estatutária

Os membros da Diretoria estatutária da Companhia recebem uma remuneração fixa mensal e outros benefícios, tais como seguro de vida, assistência médica, farmácia, vale refeição, previdência privada e check-up. Recebem além dos itens já citados remuneração variável anual baseada nos resultados da empresa e desempenho individual e FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

Diretoria Não Estatutária

Os membros da Diretoria não estatutária da Companhia recebem uma remuneração fixa mensal, outros direitos legais previstos na legislação, tais como férias, 13º salário, FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Bem como benefícios tais como seguro de vida, assistência médica e odontológica, farmácia, vale alimentação, vale refeição, previdência privada e check-up. Além dos itens já citados, remuneração variável baseada nos resultados da empresa e desempenho individual.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração

Honorários Fixos: 98,2%

Benefícios: 1,8%

Conselho de Fiscal

Honorários Fixos: 97,2%

Benefícios: 2,8%

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa: 56,3%

Remuneração Variável: 37,1%

Benefícios: 6,6%

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Diretoria Não Estatutária

Remuneração Fixa: 44,5%

Remuneração Variável: 48,0%

Benefícios: 7,5%

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Em Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia é fixado o montante anual que será empregado na remuneração global de seus administradores.

A Hay Group do Brasil é a consultoria contratada para realizar a pesquisa anual de remuneração para análise da competitividade da remuneração de nossos profissionais frente ao mercado selecionado, que é composto por empresas com características similares a Companhia e reconhecidas no mercado. Essa pesquisa subsidia eventuais necessidades de reajustes dos profissionais.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

As razões para composição da remuneração são (i) atrair, reter e reconhecer o desempenho dos profissionais da Companhia; (ii) estar alinhada à prática de mercado e legislação vigente; (iii) ser economicamente viável; (iv) reconhecer por desempenho individual e da organização; e (v) buscar o comprometimento com os resultados e alinhamento com objetivos da Companhia.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Na determinação da remuneração, são levados em consideração: (i) salário base e benefícios: práticas de mercado e legislação vigente; (ii) remuneração variável: composto de indicadores de desempenho operacionais com base na métrica EVA, e metas individuais (custo fixo, segurança, volume de produção, volume de vendas, qualidade, índice ambiental, entre outros).

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável é estruturada conforme abaixo exposto:

- 70% são vinculados a indicador de desempenho operacional da empresa (EVA).
- 10% são vinculados ao orçamento de custo fixo (se foi atingido ou não).
- 20% vinculados a metas individuais contratadas no início de cada ano. No final de cada ano é realizada a apuração do desempenho para verificar se o resultado anual foi atingido.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

No curto prazo a Companhia busca alinhamento através de salários e pacotes de benefícios compatíveis com o mercado. No médio prazo: por meio do pagamento de remuneração variável composta por indicadores de desempenho operacionais globais e individuais, alinhados ao plano anual da empresa (Conforme item “d” acima).

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração ou benefícios suportados por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não há remuneração ou benefícios vinculados a ocorrência de evento societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2011 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	12,00	5,00	5,00	22,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	11.782.726,77	5.075.621,60	1.612.344,00	18.470.692,37
Benefícios direto e indireto	217.273,23	596.353,19	46.868,19	860.494,61
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.468.659,00	0,00	1.468.659,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.278.772,24	0,00	5.278.772,24
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.977.563,90	0,00	2.977.563,90
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da remuneração	12.000.000,00	15.396.969,93	1.659.212,19	29.056.182,12

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	12,00	4,67	5,00	21,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	11.123.280,96	4.777.139,47	1.529.499,01	17.429.919,44
Benefícios direto e indireto	205.113,06	557.339,43	43.802,05	806.254,54
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.760.000,00	0,00	2.760.000,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	6.113.115,99	0,00	6.113.115,99
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da remuneração	11.328.394,02	14.207.594,89	1.573.301,06	27.109.289,97

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3. Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Previsão 2011 (em R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	12	5	5	22
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	R\$0,00	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	R\$ 16.512.672,28		R\$ 16.512.672,28
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	-	R\$ 8.256.336,14		R\$ 8.256.336,14
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-	-
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-	-

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Efetivo 2010 (em R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	12	4,67	5	21,67
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	R\$ 6.689.399,86	-	R\$ 6.689.399,86
Valor previsto no plano de remuneração - metas atingidas	-	R\$ 3.344.699,93	-	R\$ 3.344.699,93
Valor efetivamente reconhecido (*)	-	R\$ 6.113.115,99	-	R\$ 6.113.115,99
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido	-	-	-	-

(*) Resultado reconhecido corresponde ao valor pago em Fev/2010, com base nos resultados de 2009. Acrescidos dos valores pagos em Fev e Ago-2010, correspondente ao adiantamento dos valores com base nos resultados de 2010.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

A Companhia não possui planos de incentivo em longo prazo ao conselho de administração e da diretoria estatutária, inclusive baseado em ações.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.5. Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Nome	Quantidade de Ações					
	ON (mil)	% ON	PN (mil)	% PN	Total (mil)	% Total
KLABIN IRMÃOS & CIA.	163.798	51,70	-	-	163.798	17,85
NIBLAK PARTICIPAÇÕES S.A.	24.700	7,80	-	-	24.700	2,70
Conselho de Administração	33.293	10,51	12.389	2,06	45.682	4,97
Diretoria	-	-	93	0,01	93	0,01
Conselho Fiscal	1.000	0,01	3.420	0,01	4.420	0,01

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária: a) órgão; b) número de membros; c) em relação a cada outorga de opções de compra de ações; (i) a data de outorga; (ii) quantidade de opções outorgadas; (iii) prazo para que as opções se tornem exercíveis; (iv) prazo máximo para exercício das opções; (v) prazo de restrição à transferência das ações; (vi) preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: (I) em aberto no início do exercício social; (II) perdidas durante o exercício social; (III) exercidas durante o exercício social; (IV) expiradas durante o exercício social; d) valor justo das opções na data de outorga; e e) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas:

A Companhia não concedeu remuneração baseada em ações nos últimos 3 exercícios sociais e não há planos de incentivo em longo prazo ao conselho de administração e diretoria estatutária.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social: a) órgão; b) número de membros; c) em relação às opções não exercíveis; (i) quantidade; (ii) data que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) prazo médio ponderado de exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; e d) em relação às opções exercíveis; (I) quantidade; (II) prazo máximo para exercício das opções; (III) prazo de restrição à transferência das ações; (IV) preço médio ponderado de exercício; (V) valor justo das opções no último dia do exercício social; (VI) valor justo do total das opções no último dia do exercício social:

A Companhia não concedeu remuneração baseada em ações nos últimos 3 exercícios sociais e não há planos de incentivo em longo prazo ao conselho de administração e diretoria estatutária.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais: a) órgão; b) número de membros; c) em relação às opções exercidas: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de exercício; e (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; e d) em relação às ações entregues informar: (I) número de ações; (II) preço médio ponderado de aquisição; e (III) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas:

A Companhia não concedeu remuneração baseada em ações nos últimos 3 exercícios sociais e não há planos de incentivo em longo prazo ao conselho de administração e diretoria estatutária.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções), indicando: a) modelo de precificação; b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado; e d) forma de determinação da volatilidade esperada; (e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

A Companhia não concedeu remuneração baseada em ações nos últimos 3 exercícios sociais e não há planos de incentivo em longo prazo ao conselho de administração e diretoria estatutária.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações:

a) órgão	b) número de membros	c) nome do plano	d) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	e) condições para se aposentar antecipadamente
Diretoria Estatutária	4,67	Itaú Vida e Previdência S/A - PACK – Plano de Aposentadoria Complementar Klabin	02	Ter 55 anos de idade
f) valor atualizado das contribuições atualizadas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores		g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores		h) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições
R\$ 21.517.350,54		R\$ 3.347.078,48		Não

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010
Nº de membros	4,67	12,00	5,00
Valor da maior remuneração(Reais)	3.038.418,87	1.030.756,03	316.495,21
Valor da menor remuneração(Reais)	869.243,69	538.046,81	227.880,82
Valor médio da remuneração(Reais)	3.042.311,54	944.032,84	314.660,21

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia):

Existe um mecanismo de remuneração ou indenização para os membros da Diretoria no caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. O valor de referida remuneração está limitado a 12 salários do diretor em questão.

Em fevereiro de 2011, foi pago o valor de R\$ 1.468.659,00 em previdência privada referente a liquidação do contrato do diretor estatutário (conforme informado no item 13.2).

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	% referente aos controladores	
	2010	
Diretoria Estatutária	-	
Conselho de Administração	72,75%	
Conselho Fiscal	59,99%	

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não há valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15 - Valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não há valores reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

13.16. Outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Não existem outras informações relevantes sobre esse item "13".